

ORLANDA JOANA LIMA FORTES GOMES

***RITMO DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DO
CONCELHO DA RIBEIRA GRANDE DE 1990 À 2000***



LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

ISE-2005

ORLANDA JOANA LIMA FORTES

**RITMO DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DO CONCELHO DA RIBEIRA
GRANDE – 1990 -2000**

**Trabalho científico apresentado ao ISE para obtenção do grau de Licenciatura em
Geografia, sob orientação do Mestre: Orlando Monteiro**

MINISTERIO DE EDUCAÇÃO VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

O júri

Praia, ao ____ de ____ de 2005

LISTA DE ABREVIATURAS

- CIT – Convergência intertropical
CDEAO – Comunidade dos Estados da África Ocidental
CPS – Cuidados Primários de saúde
DGE – Direcção Geral de Estatística
EBI – Ensino Básico Integrado
ES – Ensino Secundário
FAIMO – Frente de Alta Intensidade de mão- de- obra
GEP – Gabinete de Estudo e Planeamento
IDSR – Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva
INE – Instituto Nacional de Estatística
TBM – Taxa Bruta de Mortalidade
TBN – Taxa Bruta de Natalidade
PMI-PF – Protecção maternal infantil – Planeamento familiar
PNLCP – Plano Nacional de Luta Contra a Pobreza
OMS – Organização Mundial de Saúde

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, a todas as pessoas queridas, pelo incentivo, paciência, amor força e coragem que sempre me deram, especialmente:

Ao meu marido, Joaquim Augusto Gomes;

Aos meus filhos Janilton Gomes, Janine Gomes, Janise Gomes;

Aos meus pais Manuel Fortes e Joana Lima e os meus irmãos

AGRADECIMENTOS

Qualquer trabalho de pesquisa só é possível com apoio e colaboração de algumas entidades e personalidades. Como não podia deixar de ser, a elaboração deste trabalho só foi possível graças a colaboração de muitos, pelo que não podia deixar de expressar o meu profundo agradecimento a todos aqueles que de uma forma ou de outra, contribuíram para que o trabalho ora apresentado fosse uma realidade. Torna-se impossível mencionar aqui o nome de todas elas. Por isso, apresento à todos a mais sincera gratidão.

Não posso no entanto deixar de mencionar o nome de algumas pessoas e entidades que de forma incansável trabalharam de perto comigo com muito empenho e dedicação para que este trabalho se concretizasse:

- Ao meu orientador Mestre Orlando Santos Monteiro, vai um obrigado muito especial pela sua disponibilidade, “paciência”, flexibilidade, rigor e boa disposição demonstrados;
- Os meus agradecimentos são também extensíveis a todo o corpo docente do Instituto Superior de Educação, em particular, ao Departamento de Geociências, na pessoa do seu chefe Prof. Dr. Alberto da Mota Gomes, e aos meus professores que souberam me acolher com muito carinho e dedicação, sempre de uma forma incansável e sempre disponível;
- Igualmente gostaria de deixar um gesto de especial agradecimento a minha Professora Dr.^a Judite Nascimento, pela disponibilidade e amabilidade demonstrado ao longo dos anos e pela fase de pesquisa;
- De igual modo, deixamos uma palavra de apreço aos funcionários do Instituto Nacional de Estatística, cujas orientações e apoio na procura de importantes documentos e bibliografia, revelaram-se extremamente úteis e determinantes para a materialização deste trabalho;
- Ivone Nascimento, do GEP do Ministério da Saúde, pela disponibilidade e apoios prestados;
- Agradeço também aos meus colegas do curso e, em especial, Nilton Silva e Mónica dos Reis pelo apoio prestado ao longo da escrita desse trabalho.

INTRODUÇÃO

O crescimento demográfico é uma temática da actualidade, pois, constitui um dos problemas mais agudos dos países em desenvolvimento, dada a fraca produtividade e a fragilidade da economia dos mesmos, incapazes de garantir adequadas condições de vida às respectivas populações.

Apesar da pequenez da sua população, Cabo Verde não foz a essa tendência que se agrava pela escassez de recursos naturais e a exiguidade do seu mercado. Com efeito, a população cabo-verdiana vem aumentando regularmente, com notável pressão sobre os recursos, principalmente nos maiores centros urbanos do país, fazendo com que as ilhas com características rurais apresentam fraco crescimento demográfico, como é o caso de Santo Antão e em particular o Concelho da Ribeira Grande. O que surgiu a questão: *O que estará na origem desse fraco crescimento?*

É neste contexto que surge este trabalho, destinado à obtenção do grau de licenciatura em Geografia, tendo como título ***“Ritmo de Crescimento da População do Concelho da Ribeira Grande, nos anos 1990 à 2000”***.

Este trabalho surge da constatação de vários problemas que afligem a ilha de Santo Antão e o Concelho da Ribeira Grande em particular, nomeadamente: a situação demográfica resultante das características geográficas do território, as condições socio-económicas desfavoráveis intensificadas pelo processo de desertificação e a escassez de recursos naturais que têm deteriorado paulatinamente as condições de vida da população.

Tendo em conta os factores condicionantes da situação económica e social do Concelho, analisamos a estrutura, a dinâmica e a evolução da população do concelho, tomando como fontes, os censos realizados, e dados estimados.

Os principais objectivos do trabalho são: 1- Analisar o ritmo de crescimento da população da Ribeira Grande (1990/2000); 2- Identificar os factores que influenciam o ritmo de crescimento; 3-Relacionar o ritmo de crescimento da população com o desenvolvimento económico.

O trabalho divide-se em quatro capítulos: no primeiro, faz-se o enquadramento de Cabo Verde, Santo Antão e do Concelho da Ribeira Grande, debruça-se sobre a localização, superfície, morfologia e as características climáticas. O segundo faz uma abordagem teórica do estudo da população dando ênfase as teorias de transição demográfica, que servem de suporte, para a análise das características demográficas do Concelho. O terceiro trata-se da

estrutura e evolução da população do Concelho da Ribeira Grande, analisando a distribuição, densidade populacional por freguesias e o crescimento natural, contribuindo desta forma para uma melhor compreensão do ritmo de crescimento populacional. Finalmente no quarto capítulo, analisa-se os factores que condicionam o ritmo de crescimento, dividindo-os em dois grupos: um que se trata dos factores económicos, destacando o emprego/ desemprego, e os sectores de actividades, nomeadamente, a agricultura por ser a principal actividade económica do Concelho. O sector social mereceu destaque tratando-se desta forma, as migrações, a saúde, a educação e o nível de conforto.

O enquadramento teórico deste trabalho de investigação encontrará o seu suporte nas ciências demográficas e estatísticas (crescimento e dinâmica da população, relação de masculinidade, taxa de natalidade, fecundidade, taxa de mortalidade bruta e infantil,...), sociológicas (migrações internas, emigrações, imigrações êxodo rural, estruturas habitacionais e níveis de conforto, níveis de escolaridade,...) e económicas (emprego/desemprego, categorias e níveis de formação profissionais, de dependência, população activa, actividades comerciais, industriais e serviços, pobreza,...), permitindo uma visão global dos factores condicionantes do fenómeno, no período e espaço referido.

Para a concretização deste trabalho de investigação, privilegiamos a análise descritiva, baseando essencialmente nas pesquisas bibliográficas referentes ao Concelho da Ribeira Grande sem desvalorizar os vários contactos feitos com diversas instituições (INE, Delegacia de Saúde, GEP do Ministério de Saúde e da Educação, Direcção Geral do Planeamento, Câmara Municipal da Ribeira Grande entre outros).

CAPITULO I

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO/GEOGRAFICO

DA ILHA DE SANTO ANTÃO CONCELHO DA RIBEIRA GRANDE

1.1- Aspectos Geográficos

Cabo Verde, pequeno país insular, é constituído por dez ilhas, das quais nove são habitadas e treze ilhéus. A sua área total é de 4033Km² e a habitada é de 3985Km².

Está localizado em pleno Oceano Atlântico, aproximadamente a 455Km da costa Ocidental da África e cerca de 1400Km a SSW das ilhas Canárias, no prolongamento duma vasta zona árida e semi-árida que atravessa o continente africano.

Cabo Verde distingue-se por um clima acentuadamente tropical, com chuvas muito concentradas num curto período de tempo, durante a época mais quente do ano – Julho a Outubro.

A aridez é um elemento decisivo na caracterização do clima pois, Cabo Verde está inserido numa zona de climas áridos e semi-áridos que abrange toda a África ao Sul do Sahara, na faixa de transição entre o deserto e os climas húmidos tropicais.

Para além da sua localização geográfica, temos outros factores como as correntes marinhas (corrente fria das Canárias, os ventos alísios a latitude e a altitude) que são factores que condicionam o clima do nosso arquipélago.

O período das chuvas em Cabo Verde está fortemente dependente da oscilação anual da Convergência Intertropical que se desloca do Sul para Norte, pelo que as ilhas do Sul (Sotavento) recebem a CIT (Convergência Intertropical) com maior frequência, por esta razão os anos secos são mais frequentes nas ilhas do Norte (Barlavento).

O país encontra-se distribuído em dois grupos de ilhas designadas de Barlavento e Sotavento, de acordo com a posição de cada um em relação ao vento dominante de NE. Santo Antão, uma das ilhas do grupo Barlavento, é a ilha mais a norte, situada nos paralelos 17°05'15'' e 16°50'00'' de latitude norte e os meridianos 25°10'34'' e 25°20'00'' de longitude oeste de Greenwich.

Apresenta uma forma trapezoidal, em que os lados maiores estão orientados na direcção Nordeste/Sudoeste. É a segunda maior ilha do arquipélago com uma superfície de 779 km² logo a seguir a Santiago que tem uma superfície de 991 km².

O comprimento máximo é de 42 750 metros entre a Ponta Tumba, a Nordeste, e a ponta do Camarina a Sudeste; a largura máxima é de 23 970 metros entre ponta das Areias, a Nordeste e a ponta do Cais dos Fortes, a Sudoeste. (G.Mota, 1992) O clima da ilha é resultante da conjugação de factores com influência do Sahel e do regime dos ventos nas altas montanhas que vai graduando os espaços de microclima, desde o árido ao sub-húmido. As potencialidades hídricas são escassas com relativa abundância nos vales mais importantes a norte e nordeste, devido às condições climáticas existentes.

Devido a natureza do relevo que impõe limites à extensões de terra arável, alguns aglomerados populacionais encontram-se em zonas onde é possível combinar a terra irrigável com as potencialidades do mar.

A Ilha encontra-se dividida administrativamente em três concelhos e sete freguesias:

1. Concelho da Ribeira Grande (o nosso objecto de estudo), situa-se a Nordeste da ilha, ocupando uma área de 169,7 km² com uma população de 21480 habitantes o que equivale a uma densidade populacional de 128,9 habitantes/km², distribuída por quatro freguesias: freguesia de Nossa Senhora do Rosário; Nossa Senhora do Livramento; Santo Crucifixo; e São Pedro Apóstolo. Predomina o microclima devido aos ventos das altas montanhas.
2. Concelho do Porto Novo, com uma área de 558 km² e uma população de 17179 habitantes, o que corresponde a uma densidade populacional de 30,8 habitantes/km². Este concelho subdivide-se em duas freguesias: São João Baptista e Santo André.
3. Concelho do Paul ocupa uma área de 54,3 km² de superfície e tem uma população de 8383 habitantes, o que lhe confere uma densidade populacional de 154,4 habitantes/km². No Concelho do Paul só existe uma freguesia, a de Santo António das pombas, cuja sede do concelho está localizada na vila das Pombas.

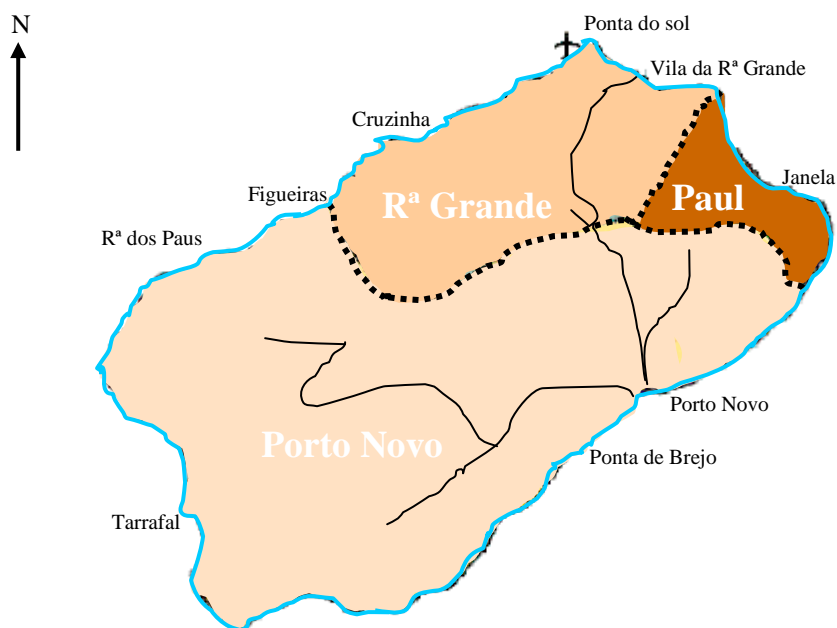


Fig. 1 - Mapa de localização do concelho da Ribeira Grande

1.2 – Aspectos Históricos

A data oficial da descoberta das ilhas de Cabo Verde é de 1460, mas isso não quer dizer, a descoberta de todas as ilhas, visto que algumas delas só foram descobertas em 1462, como é o caso da ilha de Santo Antão.

Segundo os historiadores, não existe uma data precisa do descobrimento da referida ilha. Entretanto Orlando Ribeiro, menciona a carta regia de 19 de Setembro de 1462 que acrescenta às ilhas já descobertas as da Brava, S. Nicolau, S. Vicente, Santo Luzia e Santo Antão incluindo os ilhéus.

Segundo a tradição oral a ilha foi encontrada no dia 17 de Janeiro de 1462 data em que se celebra o aniversário do seu achamento, dia de Santo Antão, seu santo onomástico. A ilha manteve despovoada por quase meio século segundo Haydée, (1999) citando Lopes de Lima. O seu povoamento só se iniciou em 1548 através de capitão donatário, Segundo, Orlando Ribeiro, esperava que os respectivos donatários viessem a “ fazer fazenda e não apenas criação de gado e apanha de algodão”. Isso nos leva a concluir que a ilha não foi enviado moradores logo após a sua descoberta.

De acordo com Haydée, (1999) citando Lopes de Lima, o primeiro documento que se encontrava acerca do aproveitamento desta ilha é a carta de doação de 13 de Janeiro de 1538,

pela qual D. João III a doou de jure a herdade a João de Sousa; e por este ter morrido, doou a seu irmão Gonçalo de Sousa. Herdou com amplos poderes económicos, jurídicos e administrativo – “de jure e herdade”.

A da ilha passou por várias doações, e por último, a 7 de Agosto de 1759, lavra-se o auto da posse em Santo Antão do capitão-mor Pedro Cardoso administrador geral da companhia de Grão-Pará e Maranhão, a que foi entregue toda a ilha e tudo o que D. José Administrava.

O Concelho da Ribeira Grande, mais antigo e mais importante da ilha, teve a sua primeira sede na Vila da Ribeira Grande e em 1885 passou para Vila Maria Pia, hoje Ponta do Sol. Tem duas Vilas que já foram importantes e bastante povoadas, Ponta do Sol e Vila da Ribeira Grande e possui duas povoações em franco progresso, Coculi sede de Santo Crucifixo e Chã de Igreja, sede de São Pedro Apóstolo.

O primeiro povoado tinha por nome “Povoação de Santa Cruz” e foi fundado por D. Francisco de Mascarenhas, o primeiro Conde de Santa Cruz e da Orta na sequência da doação feita por D. Filipe I depois da morte do donatário Gonçalo de Sousa da Fonseca. Foi elevada à categoria de vila, “... por decreto de D. João V. de 30 de Agosto de 1731...” data também da criação do primeiro Concelho da ilha de Santo Antão. (Rocha, A.1990) Dando cumprimento as ordens régias, em Maio de 1732, o Desembargador Costa Ribeiro de visita à ilha de Santo Antão, elevou a povoação de Santa Cruz à categoria de vila com a denominação de Vila da Ribeira Grande.

Segundo Rocha, A. (1990), a Vila da Ribeira Grande, como os restantes, apareceu como um espaço rural de quintas de bananeiras e muros de vedações e com um espaço muito limitado que ainda hoje se pode notar. Aliás a história nos tem mostrado que desde sempre o aparecimento de diferentes espaços, está relacionado com aspectos de foro geográfico, económico e político. Na antiguidade as populações, condicionadas pelos meios de produção inexistentes, foram obrigados a escolher espaços geográficos que lhes permitissem a pratica de uma economia recoletora para posteriormente se sedentarizarem dedicando-se assim às actividades económicas primárias, ou seja, a agricultura, pastorícia e a criação de gado, nos locais apropriados. Assim podemos concluir que o factor que esteve na origem do aparecimento da Vila da Ribeira Grande foi sem dúvida o factor geográfico, isso devido a sua situação privilegiada na confluência de dois vales (Ribeira Grande e Ribeira da Torre) de águas abundantes e de bons terrenos para a prática da agricultura.

Na data já referida, Ponta do Sol é elevada a categoria de Vila com o nome de Vila Maria Pia, transferindo-se para a mesma Vila todas as repartições.

1.3. Aspectos socioculturais

Para uma melhor compreensão do comportamento demográfico registado no Concelho da Ribeira Grande, deve-se ter em conta os aspectos socioculturais que directa ou indirectamente o influenciam. Há, pois, que conhecer os comportamentos, valores e atitudes que caracterizam a sociedade e a cultura do Homem cabo-verdiano.

A cultura pela conotação científica, significa as crenças, valores e técnicas para interacção com o ambiente e que são compartilhados entre os contemporâneos e transmitidos de gerações à gerações.

A cultura, observada num dado momento, é um depósito de experiências acumuladas e mais ou menos seleccionadas que a partir delas, o homem do sistema aberto adquire pleno conteúdo. (PDSA, 1999)

As nossas ilhas diferenciam-se grandemente pela diversidade sociocultural que as caracteriza, quer pela actividade económica predominante que está relacionada com a natureza rural, semi-rural ou urbana, quer pelos níveis de urbanização existentes. O santantonense adquire pleno conteúdo, com uma identidade que faz parte do todo cabo-verdiano. Esse conteúdo é forjado na aculturação e difusão profundas de raças provenientes principalmente da Europa e da África e que no condicionalismo insular do Atlântico Médio Oriental, criou um povo e uma cultura com razões históricas e normas de existência definitiva em sentido diferenciados. A cultura do povo está bem patente na expressão do crioulo, na música e na dança, nas manifestações teatrais. Outras manifestação culturais puras, com síntese no rufar do tambor, no navio alegórico, na colá-colá e nas crenças das romarias de Santo António, São João e São Pedro; no traço angélico da Pomba da Assunção, que pré anuncia um bom ou mau ano agrícola – festa do Miron –, ou ainda na reminiscência culta na mazurca e da contradança, impregnado na herança cultural tradicional com raízes na Polónia e França, respectivamente.

Tendo em conta que o Concelho da Ribeira Grande adquire características rurais ou semi-rurais os padrões de comportamento sociocultural da sociedade em estudo, estão condicionados por:

- a) Um ritmo de crescimento fortemente dependente da degradação das condições de vida do meio rural;

- b) Uma forte componente religiosa, aliada a crenças e atitudes tradicionais marcantes no comportamento das pessoas;
- c) Uma cultura sujeita a mudanças, sobre a influência de factores tão diversos como o impacto da emigração, da transformação socio-económica da sociedade, das condições de vida, etc.

CAPÍTULO II

ASPECTOS TEÓRICOS DA POPULAÇÃO

Na época moderna, questões relativas ao crescimento demográfico e o processo de desenvolvimento social e económico, têm sido alvo de grandes preocupações. Essas preocupações são antigas, mas que ganharam uma certa importância nos nossos dias, sobretudo com a explosão demográfica da segunda metade do sec. XX.

O seu estudo só poderá ser feito à luz de vários pressupostos teóricos que lhe servem de suportes orientadores para a compreensão do mesmo, isto porque, tratando-se de fenómenos ligados aos componentes humanos, logo apresenta grande complexidade na sua abordagem.

Numerosos pensadores, sejam eles Políticos, Economistas, Demógrafos, Sociólogos, Geógrafos ou outros, apresentam fundamentos teóricos na expectativa de encontrar melhor solução para o equilíbrio entre o crescimento populacional e os recursos disponíveis.

Os teóricos da actualidade tentam explicar o impacto do crescimento demográfico, pondo tónica mais nos aspectos económicos. Pois, a percepção de um rápido crescimento populacional relativamente aos recursos existentes apresenta problemas de várias ordens, particularmente no processo de desenvolvimento e de luta pela melhoria da qualidade de vida das populações, visto que estamos a viver uma época de mudanças profundas onde a globalização permite mudanças económicas, sociais e de valores.

Neste contexto, um quadro de análise teórico revela-se importante, servindo de base para melhor compreensão de políticas da população na estratégia de desenvolvimento harmonioso do país da ilha e do Concelho em particular.

Vidal de La Blache (que foi o verdadeiro criador da Geografia possibilista), realçou o modo como o meio natural, com todas as variantes e vicissitudes (clima, relevo, solos, etc.), proporciona ao homem uma gama de possibilidades que ele desenvolverá de acordo com as suas capacidades, criando assim o seu habitat. (Cruz, M.2004)

Ainda, segundo De La Blache, o homem estabelece relações com o seu meio, não individualmente, mas através de uma herança histórica.

Segundo Pierre-Jean Thumerelle (1995) esta espantosa irrupção da população alterou a face do mundo em algumas gerações e irá alterá-la drasticamente durante o próximo século. Ela modifica irreversivelmente as relações entre os homens no espaço geográfico, incitando

até o paroxismo¹ os desequilíbrios entre regiões desabitadas e regiões superpovoadas, entre países inundados por um crescimento demográfico exponencial e países cuja população tende a retrair-se, entre continentes que irrompem de juventude e continentes que experimentam um envelhecimento sem precedentes. (Nazareth, 1996)

O pastor anglicano Thomas Roberto Malthus (1766-1834), apresentada em primeira versão na 1ª edição do Ensaio sobre o princípio da população, segundo o qual «o poder de crescimento da população é infinitamente maior do que o poder da terra para produzir a subsistência do homem. A população quando não é travada, aumenta segundo uma progressão geométrica². A subsistência aumenta apenas segundo uma progressão aritmética³.» (Bandeira, 2004).

Ainda nos finais do século XVIII, o economista inglês Thomas Robert Malthus defendeu a tese de que o rápido aumento da população no mundo constituía um grave perigo para o equilíbrio económico. Ainda segundo ele, a população tendia a crescer a um ritmo mais acelerado do que o dos recursos, o que tornava inevitável o aparecimento de catástrofes bem conhecidas: a fome, a miséria, as epidemias os conflitos sociais e as guerras.

Para evitar tais flagelos Malthus preconizou então uma limitação voluntária do nascimento, defendendo que os casais deviam ter um número de filhos de acordo com as suas possibilidades económicas: “Tudo o que a sociedade pode exigir razoavelmente dos seus membros é que eles não devem ter famílias sem estarem aptos a mantê-las.” Para reduzir a natalidade, advoga também a elevação da idade do casamento. (Bandeira, 2004).

A inclusão na 2ª edição do Ensaio do apólogo acerca do “Grande Banquete da Natureza” referindo que, “um homem nascido num mundo já ocupado, se os seus pais não forem capazes de o alimentar e se a sociedade não tiver necessidade do seu trabalho, não tem qualquer direito a reclamar a mais pequena porção de alimento e, de facto está a mais,” provocou o aumento das críticas dirigidas ao pastor inglês, as mais violentas das quais tinham a sua origem em Marx e outros socialistas.

Um dos críticos de Malthus foi o português Fernando Solano Constâncio, que, sendo responsável pela tradução para o francês dos Princípios de economia política, curiosamente empenhou-se em demonstrar «a falsidade do sistema de M. Malthus», destruindo “inteiramente a quimérica progressão geométrica”. Contrapondo ao exemplo malthusiano da América do Norte, dados estatísticos referentes à população Sueca entre 1751 e 1805, que

¹ A maior intensidade de um acesso

² Para Malthus, a população aumentaria a um ritmo acelerado

³ Os recursos não acompanham o ritmo de crescimento

considerem ser os “únicos dignos de fé”, Constâncio rebate a ideia de Malthus segundo a qual as populações duplicam necessariamente de 25 em 25 anos. Ao mesmo tempo, contra o alegado pessimismo de Malthus argumenta com a sua convicção de que os produtos anuais da agricultura, excepto em anos de excepcional escassez, excedem as previsões reais da totalidade dos habitantes” e que se “ há muita gente que vive escassamente ou em miséria, não é por falta de alimento no país, mas unicamente por falta de meios de ganhar com o que o compreem.

Segundo, Bandeira, Mário Leston; no seu livro, *Demografia- objectos, teorias e praticas*, Jan/2004, sensível às críticas que tinham sido dirigidas à 1ª edição do Ensaio, Malthus estuda e procura informar-se, tornar-se demógrafo “à força”, citado por Harvé Le Brás, 1984. Em resultado deste trabalho, publica em 1803 uma 2ª edição que é de facto, como ele próprio admite na introdução, uma obra inteiramente nova.

Assim, por exemplo, os dois postulados apresentados na 1ª edição acerca da relação necessária entre o homem e os alimentos e acerca da “paixão entre os sexos” são suprimidos na edição seguinte.

Destes dois postulados decorriam 3 teses:

Primeira tese: o aumento da população é necessariamente limitado pelos meios de subsistência;

Segunda tese: a população aumentará inevitavelmente sempre que aumentarem as subsistências;

Terceira tese: o dinamismo inerente à expansão da população é reprimido e aquela mantida em equilíbrio com as subsistências através do duplo constrangimento da miséria e do vício.

Ainda segundo, Bandeira, citando André Lux, a partir da 2ª edição, Malthus acrescenta a sua terceira tese um terceiro travão, a obrigação moral, a que se refere à opção pelo celibato e pelo casamento tardio, a qual é necessária, aos olhos de Malthus, pelo facto de que qualquer homem que pretenda construir uma família só deverá fazê-lo se e quando reunir os meios que assegurem a sua subsistência e a dos seus familiares.

Para Malthus, os desequilíbrios provocados pelo crescimento demográfico pode ser travados pela acção individual. Ele defende, “a educação para todos, a extensão do direito de voto, a assistência médica gratuita para os pobres, a ajuda a emigração, uma mais justa distribuição das terras e dos rendimentos.

De acordo com Manuel J. Nazareth no seu livro «Introdução à Demografia», (1996) apesar dos problemas da demografia remontar desde a antiguidade, a Demografia como ciência apenas aparece na segunda metade do século XVIII. Segundo Nazareth, citando, Achille Guillard, na sequência de uma tendência de pensamento que consistiu em considerar os problemas ligados a população como interessantes em si, inventou o nome Demografia: «Em sentido amplo abrange a história natural e social da espécie humana; em sentido restrito abrange o conhecimento matemático das populações dos seus movimentos gerais, do seu estado físico, intelectual e moral...». Assim surge algumas teorias de transição demográfica:

Segundo, Bandeira, o primeiro esboço da teoria da transição demográfica formulado por Thompson entre 1929, coloca-se no centro da velha questão demográfica, isto é a do equilíbrio entre crescimento demográfico e subsistência. Mas Thompson limitou-se a sistematizar três grandes grupos de população: consoante a perspectiva dinâmica demográfica, estabelecendo o princípio segundo o qual esse dinamismo é condicionado pela disponibilidades de terras. Em relação à Malthus, Thompson apresenta duas novidades: 1 – O reconhecimento da existência de diferentes estados⁴, e não estádios⁵ – de população e 2 – a utilização das tendências da mortalidade e da natalidade como critérios diferenciadores desses estados. Mas, em Thompson, não existe ainda a ideia de transição. Esta será apresentada pela primeira vez, em 1945 por Notestein, na sua teoria dos estádios de desenvolvimento da população.

Ainda segundo Bandeira, a teoria de transição demográfica teria sido criada por vários autores, a moderna teoria de transição demográfica nasceu de forma quase madura num texto escrito por Notestein em 1945. É afirmada explicitamente pelo mesmo autor, pós ter anunciado os três padrões de crescimento demográfico – *high growth potencial, transicional growth e incipient decline* – define o segundo da seguinte maneira: “o estágio do crescimento transicional é aquele que o declínio da fecundidade e da mortalidade está bem estabelecido mas no qual o declínio da mortalidade precede o da fecundidade e produz um rápido crescimento”. Para Notestein a transição demográfica constitui um processo de ruptura com o “antigo regimeⁱ”. Ruptura através da qual o crescimento natural é duplamente controlado: por uma baixa da mortalidade o qual origina uma fase de crescimento demográfico, e controlo da fecundidade o qual representa uma forma avançada através da qual o crescimento pode ser controlado de outro modo do que pela morte. É este um dos pontos em que a sua teoria se distancia claramente da formulação de Thompson que, apenas preocupado com o problema da

⁴ Uma população estática

⁵ Uma população em constante mutação

adequação entre o crescimento das populações e o aumento das subsistências, subestimou as potencialidades dos mecanismos de auto – regulação das populações.

Segundo Bandeira, a interpretação mais fecunda e fundamentada das práticas malthusianas de controle da fecundidade será formulada, desde os inícios do século XX, por um populacionista francês Adolphe Landry.

Ainda segundo Bandeira, na análise da teoria malthusiana, Landry adopta uma perspectiva muito crítica em relação aos seus fundamentos. Na primeira edição aparece como um partidário resolutivo da teoria de Townsend, já na segunda edição passa completamente a teoria de Cantillon. Mas a crítica de Landry abrange aos outros economistas clássicos. Contra todos, apresenta dois argumentos decisivos:

1 – reivindicando para a Demografia, à semelhança de qualquer outra ciência a necessidade do método indutivo, à luz do qual só a observação dos factos pode fundamentar a teoria;

2 – Afirmando o principio de relativismo das teorias demográficas, segundo o qual em demografia nenhuma teoria pode ser considerada válida em geral, e aplicável universalmente a todas as sociedades.

Segundo Bandeira, este é o vazio que Landry quis preencher, propondo uma nova teoria, fundamentada na observação da queda da natalidade francesa, iniciada desde finais do século XVIII.

Várias definições aparecem posteriormente e achamos pertinente destacar aqui duas:

Segundo, Nazareth, citando o Dicionário da Demografia de W. Petersen(4 volumes) aparece-nos a seguinte definição: «A Demografia pode ser definida em sentido restrito e em sentido lato. A demografia formal consiste na colheita, na análise estatística e na apresentação técnica dos dados da população; baseia-se no ponto de vista de que dentro de certos limites, o crescimento da população é um processo autocontrolado, com uma interligação mais ou menos fixa entre fecundidade, mortalidade e estrutura por idade. A Demografia ou estudos de população inclui análises onde a população interaciona com factores sociais, económicos, políticos, geográficos e biológicos» (Petersen, 1986).

Para Catarina Rollet, o objecto da Demografia é a sucessão das gerações, a duração da vida humana, as relações do homem com a natureza e as relações entre os homens; apoiada numa metodologia própria ocupa-se dos problemas mais importantes da vida em sociedade - a reprodução, a longevidade, as disparidades sociais e o ambiente» (Rollet, 1995).

CAPITULO III

ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

3.1. Introdução

Este capítulo é fundamental para uma melhor compreensão do tema em estudo, uma vez que o crescimento da população tem forte impacto na política social e económica de qualquer país.

Segundo o relatório da Situação da População Mundial, do FNUAP, (2004) o tamanho, o crescimento, a estrutura etária, e a distribuição da população por zonas rurais e urbanas tem um impacto decisivo nas suas perspectivas de desenvolvimento e em especial, nas condições de vida dos pobres.

Segundo o mesmo relatório, a população mundial que agora se eleva a 6,4 biliões de habitantes, continua a crescer a um ritmo rápido: actualmente apresenta um aumento em termos absoluto de 76 milhões de pessoas por ano.

Segundo as projecções das Nações Unidas, em 2050 o mundo terá mais 2,5 biliões de habitantes, um número equivalente ao total da população mundial em 1950. (FNUAP, 2004).

Ainda segundo as Nações Unidas o número abrandou, depois de ter alcançado o seu nível elevado em meados dos anos 90, em que se registava um aumento anual de 82 milhões de pessoas.

As projecções apontam para uma estabilização da população total em meados do século, como consequência de uma descida da fecundidade para o nível de substituição (2,1 crianças/mulher) ou mesmo para um nível mais baixo. No entanto, alguns países atingirão esse ponto mais baixo muito depois de outros. Aqueles cujas populações são jovens (devido a fecundidade elevada num passado recente) continuarão a crescer durante décadas, e nos países mais pobres do planeta, em que a fecundidade e a mortalidade se mantêm elevado, visto que o acesso ao planeamento familiar é limitado, a transição para famílias mais pequenas está apenas a começar. Prevê-se que os 50 países menos avançados cresçam 228%, atingindo 1.7 biliões de habitantes em 2050.

Segundo as projecções da Divisão da População da ONU, 96% do crescimento registar-se-á nos países em desenvolvimento.

As estimativas demográficas e as projecções de crescimento da população são inferiores às efectuadas a uma década, em grande medida porque o impacto do HIV/SIDA em África foi

maior do que foi projectado e o crescimento nos países desenvolvidos diminuiu mais rapidamente. (FNUAP- Situação da População Mundial, 2004).

A população cabo-verdiana vem aumentando regularmente, a um ritmo de 2,4% durante o decénio 1990, com notável pressão sobre os recursos, principalmente nos maiores centros urbanos do país. Apesar de Cavo verde registar um aumento significativo da sua população, a ilha de Santo Antão e o concelho da Ribeira Grande apresentam um fraco crescimento (0,7%), (0,4%) respectivamente (censo 2000). Razão, pela qual julgamos pertinente o nosso estudo, visto que a ilha se regista um fluxo migratório negativo⁶, principalmente para os centros urbanos mais propriamente a vizinha ilha de São Vicente.

A situação demográfica do país resultante tanto de aspectos directamente relacionados com as características geográficas do território, (insalubridade, relevo), as condições socio-económicas e a intensidade do processo de desertificação, são alguns factores de base que condicionaram fortemente o crescimento e a evolução das estruturas demográficas.

Para a análise da evolução e estrutura da população, apresentamos a distribuição da população do Concelho, privilegiando o sexo e a idade, duas características que constituem os fundamentos da análise demográfica. Neste ponto analisaremos as variantes idade e sexo, as suas relações e funcionalidade na constituição da estrutura demográfica, com a utilização de instrumentos de análise apropriados, nomeadamente, os grupos funcionais e as pirâmides etárias.

O tratamento e agrupamento dos dados foram feitos respeitando o nosso período de estudo – 1990 à 2000.

A estrutura da população depende do grau de intensidade de alguns fenómenos demográficos, condicionados por factores naturais, ambientais e humanos, nomeadamente a mortalidade, sobretudo nos períodos de fome e mortandades provocadas pelas secas e doenças, a natalidade, com a sua acentuada tendência de decréscimo e a sua imediata recuperação em períodos imediatos à alta mortalidade, os fenómenos migratórios internacionais e internos e o êxodo da população para os principais centros urbanos.

3.2. Evolução Demográfica

A evolução demográfica de uma determinada população segundo Filho, J.L. citado por Maurício, A.(1999) é resultado de um processo dinâmico inserido numa estrutura mais vasta,

⁶Maiores número de saídas da população do que entradas

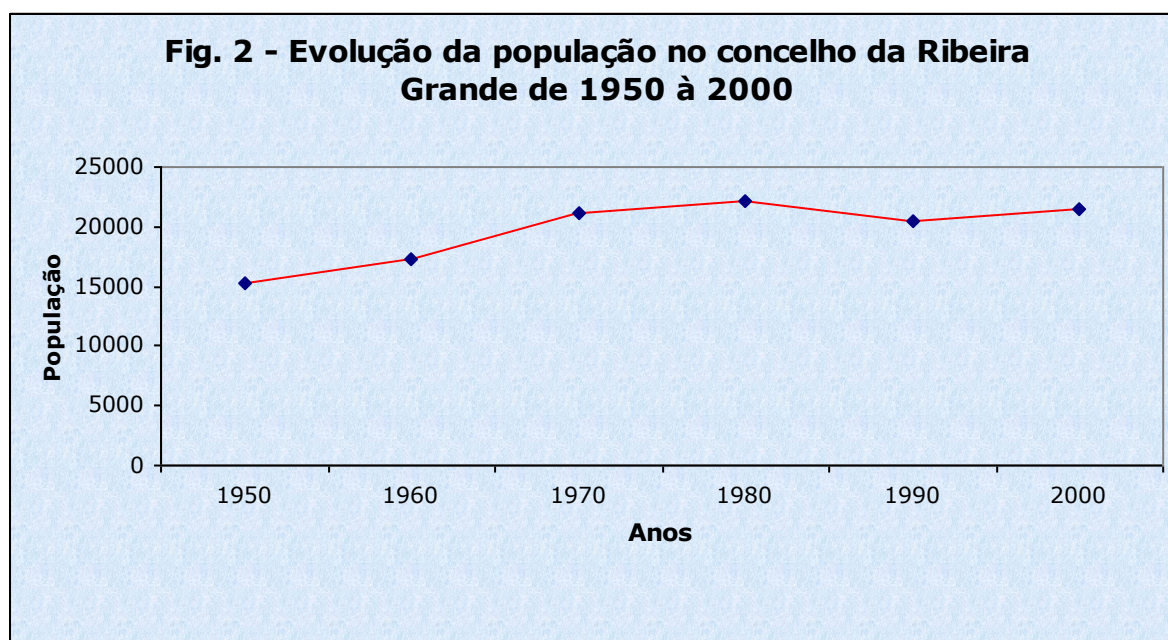
sendo a compreensão das relações entre os factores que influenciam as variações da população do lugar que pretende estudar. A população humana não pode crescer senão graças as técnicas cada vez mais eficazes para melhorar os meios de existência e prolongar a duração de vida.

Quadro I: Evolução da população no concelho da Ribeira Grande de 1950-2000, segundo o sexo

1950		1960		1970		1980		1990		2000	
H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
7019	8177	8112	9134	10199	10959	9907	12305	10368	10104	11036	10444
15196		17246		21158		22212		20472		21480	

Fonte: INE – C.Verde, censos de 1950 a 2000.

A Figura a seguir, ilustra melhor como evoluiu a população no concelho de 1950 a 2000.



No Concelho da Ribeira Grande, a semelhança de toda a ilha, a evolução da população tem sido bastante irregular. Em meados do século passado (XX), a população residente no Concelho em ambos os sexos era de 15196 efectivos, dos quais 7019 do sexo masculino e 8177 do sexo feminino. (quadro I)

Em 1960 a população total do Concelho era de 17246 efectivos, dos quais 8112 do sexo masculino e 9134 do sexo feminino, para atingir nos finais de 1970, cerca de 21158 efectivos, sendo 10199 homens e 10959 mulheres. Após a independência nacional em 1975, a população do Concelho atingiu cerca de 22212 efectivos, sendo 9907 homens e 12305 mulheres.

Em 1990 a população diminuiu para 20472 efectivos, em que, 10368 eram do sexo masculino e 10104 do sexo feminino. Portanto diminuiu sobretudo a população feminina. Regista-se que no decurso da primeira metade do século XX as secas e as fomes encontraram-se na origem de milhares de óbitos no país e no Concelho em particular. Só após a década de 1950 o crescimento populacional apresenta-se contínuo. Regista-se que, apesar de levados fluxos migratórios internos e externos, a população do Concelho cresceu de forma espectacular de 1950 à 1990.

Na década de 1990-2000 a população do Concelho voltou a crescer em cerca de 629 efectivos, atingindo por isso, 21480 efectivos, sendo 11036 do sexo masculino e 10444 do sexo feminino.

As taxas médias anuais de crescimento efectivo da população não deixam de reflectir, de forma muito nítida, a interferência de fenómenos extra demográficos e que tem determinado a própria dinâmica do crescimento natural. Entre 1960-70, o crescimento médio anual cifrou-se em 1,4%, valor quase idêntico a média nacional que foi de 1,5%. Já nas décadas de 1970-80 e 1980-90, o ritmo populacional reduziu de forma drástica, senão preocupante, para 0,3 e -0,4% respectivamente. De 90 à 2000 essa taxa voltou a cifrar em 0,4%.

Esse comportamento ficou essencialmente a dever-se a incidência de uma dinâmica migratória negativa de que falaremos mais adiante, a que nos últimos anos, se associou o declínio da base produtiva devido as secas. Mantendo essa tendência, enquanto que a população do país poderá duplicar num prazo de aproximadamente 25 anos, a população do Concelho da Ribeira Grande poderá vir a diminuir em virtude do envelhecimento da sua população já que as pessoas que deixam o Concelho são sobretudo jovens, sem contar com outras consequências a nível social e económico.

Também, durante a década de 1990-2000, a taxa bruta de natalidade no Concelho diminuiu de 31,4‰ para 22,7‰. O mesmo aconteceu com a taxa de mortalidade que diminuiu de 7,6‰ para 5,97‰ em 2000.

Este comportamento reflecte, só por si uma melhoria das condições sanitárias do Concelho e das condições gerais de saúde da população. Contudo, as repercussões decorrentes deste processo de evolução demográfica, não deixarão de fazer-se sentir em curto prazo, em particular no acréscimo das necessidades alimentares, de educação, habitação, saneamento básico, de saúde, emprego, no agravamento das assimetrias locais, e naturalmente das condições de vida das populações do Concelho.

3.3. Distribuição espacial da População entre 1990-2000

Os grupos humanos não se distribuem pela superfície do globo de maneira uniforme. Assim, como existem zonas naturais recobertas de vegetação pujante, e outras quase despidas ou mesmo inteiramente nuas, também, no que respeita ao elemento humano, há regiões onde o homem ferve como um formigueiro, e outras escassamente povoadas, ou mesmo inteiramente desertas.

A “ Declaração Nacional Sobre a política da população” da D.G.P. (1996), estipula como “objectivo nº 4 ” o seguinte: “ Promover os mecanismos que assegurem a distribuição espacial equilibrada da população”, tendo em conta que a multiplicidade de dinâmicas demográficas regionais e a necessidade de manter o necessário equilíbrio populacional devem constituir uma preocupação importante relacionada com a estratégia de desenvolvimento harmonioso.

Quadro II – Distribuição da população por freguesias – Concelho da Ribeira Grande

FREGUESIAS	POPULAÇÃO RESIDENTE							
	1990				2000			
	MASC	FEMIN	TOTAL	FR %	MASC	FEMIN	TOTAL	FR %
N^aSr^a do Rosário	3997	3981	7978	38,2	4139	4139	8279	38,5
N^a Sr^a do Livramento	1007	726	1933	9,2	1152	1073	2225	10,4
Santo Crucifixo	3792	3674	7466	35,8	4079	3710	7789	36,3
S. Pedro Apostolo	1787	1687	3474	16,6	1666	1521	3187	14,8
TOTAL	10583	10268	20851	100	11036	10444	21480	100

Fonte: INE – C.Verde, censo de 1990 a 2000

No ano de 1990 residiam no concelho da Ribeira Grande 20851 habitantes, sendo 7978 na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, 1933 na freguesia de Nossa Senhora do Livramento, 7466 na freguesia de Santo Crucifixo e, 3474 na freguesia de São Pedro Apóstolo.

O Concelho da Ribeira Grande tem uma população de 21.480 habitantes, sendo 11.036 do sexo masculino e 10.444 do sexo feminino.

Essa população encontra-se distribuída pelas quatro freguesias (fig. 3) sendo: Nossa Senhora do Rosário com uma população de 8.279 habitantes, 4.139 do sexo masculino e 4.140 do sexo feminino, distribuída pelas nove zonas (Fajã. Domingas Benta; Lombo Branco;

Lugar de Guene; Monte Joana; Pinhão; Sinagoga; Vila da Ribeira Grande urbana; Vila da Ribeira Grande rural e Xôxô).

A freguesia de Nossa Senhora do Livramento com uma população de 2.225 habitantes, 1.152 do sexo masculino e 1.073 do sexo feminino, distribuída pelas duas zonas (Fontainhas e Vila da Ponta do Sol).

A freguesia de Santo Crucifixo com uma população de 7.789 habitantes, 4.079 do sexo masculino e 3.710 do sexo feminino, distribuída pelas doze zonas (Boca de Ambas Ribeiras; Boca de Coruja; Boca J. Afonso; Caibros; Chã de Pedras; Coculi; Corda II; Figueiral; João Afonso; Lagoa III; Lombo de Santa e Ribeirão).

A freguesia de São Pedro Apostolo com uma população de 3.187 habitantes, 1.666 do sexo masculino e 1.521 do sexo feminino distribuído pelas três zonas (Garça de Cima; Lagoa e Ribeira Alta).

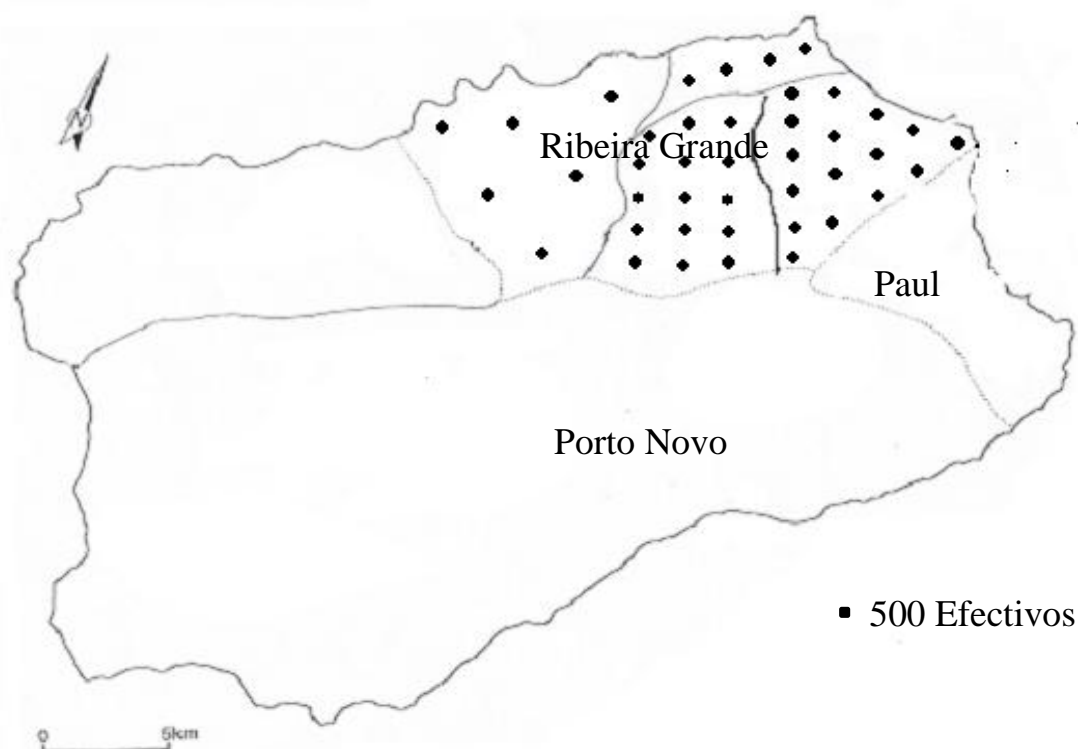


Fig. III – Distribuição da população por freguesias – Concelho da Ribeira Grande

Verifica-se que durante o período censitário de 1990 à 2000 se registou aumentos populacionais pouco significativos. A freguesia de Nossa Senhora do Rosário com maior percentagem da população, (38,5) no ano 2000, registou-se um aumento pouco significativo de 0,3%. A freguesia de Nossa Sr^a do Livramento é que registou um maior aumento de 1,2%.

Enquanto que a freguesia de S. Pedro Apostolo, ouve um decréscimo no seu efectivo populacional de 1,8%.

Verifica-se que no Concelho da Ribeira Grande, o número de homens é superior ao número de mulheres, com maior destaque para a freguesia de Santo Crucifixo. Essa freguesia localiza-se no meio rural o que nos leva a pensar que a sua principal actividade económica seja a agricultura, mas a seca e a desertificação fazem com que haja pouca produtividade o que gera desemprego, principalmente na classe feminina, motivando-as a emigrarem para as outras ilhas à procura de emprego. O concelho apresenta um saldo migratório negativo, o que leva a fazer a tal afirmação.

Quadro III – Densidades populacionais das freguesias do concelho da Ribeira Grande

FREGUESIAS	POPULAÇÃO	SUPERFÍCIE	DENSIDADE	FREQUÊNCIA REL.
	RESIDENTE	Km2	h/Km2	%
N.ª Sr.ª Do Rosário	8279	34,8	237,9	38,5
N.ª Sr.ª do Livramento	2225	13,7	162,4	10,3
Santo Crucifixo	7789	53,3	146,1	36,2
S. Pedro Apóstolo	3187	64,9	49,1	14,8
TOTAL	21480	167	128,85	100,00

Fonte: INE-censo 2000

O quadro III, refere-se a densidade das freguesias do concelho da Ribeira Grande e se pode verificar que a freguesia de São Pedro Apostolo é a freguesia com maior superfície (64,9 Km2) e a de Nossa Senhora do Livramento é a com menor superfície (13,7 Km2). Mas ao analisar o mapa das densidades verifica-se que a freguesia de Nossa Senhora do Rosário apresenta maior densidade (238 h/km2) seguida da freguesia de Nossa Senhora do Livramento (com 162,4 h/km2). (fig 3)

A grande concentração da população nessas freguesias é por se tratarem de freguesias onde estão incluídas os centros urbanos: Vila da Ribeira Grande em Nossa Senhora do Rosário e Ponta do Sol em Nossa Senhora do Livramento. É nessas freguesias que se encontrem os serviços públicos e administrativos. Na freguesia de Nossa Senhora do Livramento se encontra o aeroporto do Concelho e da Ilha, (neste momento inactivo) mais propriamente dito na Vila da Ponta do Sol. Nesta freguesia ainda se encontra a principal zona piscatória do Concelho (Ponta do Sol)

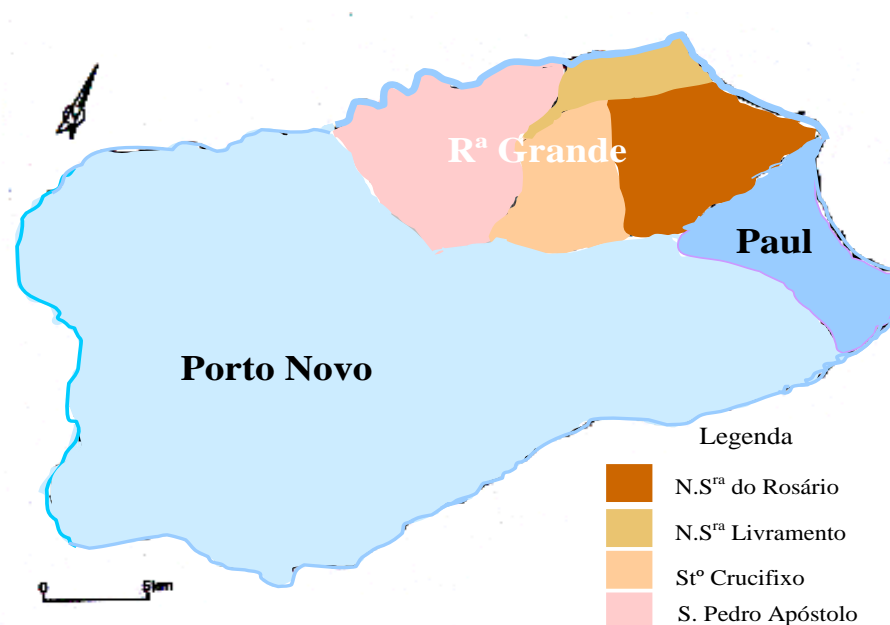


Fig.3 – Densidade populacional das freguesias do Concelho da Ribeira Grande

Sendo a Freguesia de São Pedro Apóstolo maior em superfície, apresenta uma fraca densidade populacional de 49 hab/km², em relação à Freguesia de Nossa Senhora do Rosário e as restantes freguesias.

No concelho da Ribeira Grande encontra-se uma forte densidade populacional em quase todas as Freguesias.

A forte concentração da população na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, é por se encontrar ali a principal Vila do Concelho, onde se encontra os principais serviços públicos e empresas privadas, a maior escola secundária do Concelho e da Ilha e o hospital regional. Ainda se encontra vales verdejantes onde a principal actividade económica é a agricultura de regadio o que contribui significativamente para o sustento da população dessa Freguesia.

Como já se referiu a fraca concentração da população na Freguesia de S. Pedro Apóstolo é porque as zonas que a compõem estão separadas por altas montanhas o que dificulta o acesso aos povoados (Figueiras e Rª Alta). Existem alguns lugares que ainda não estão ligados por redes de estradas o que dificulta ainda mais a vida dos residentes.

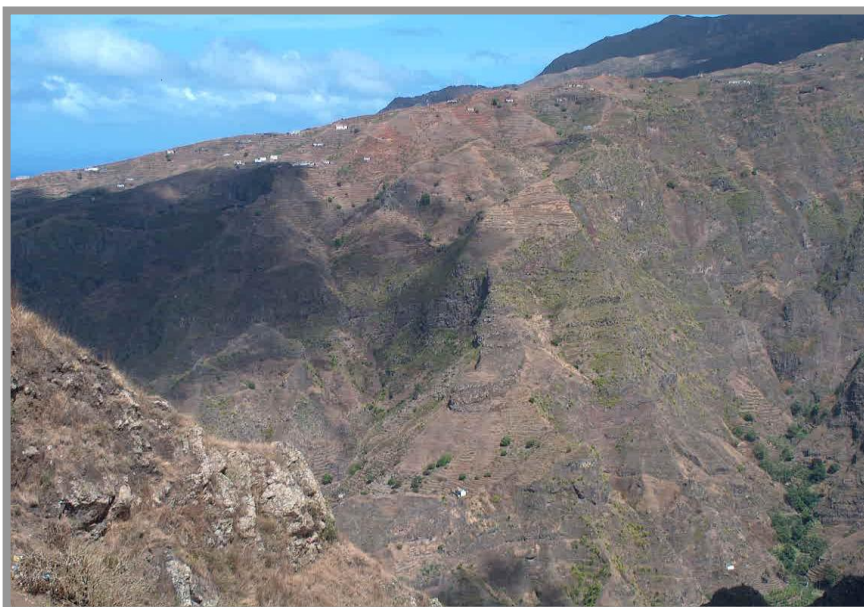


Fig. V – Pinhão – Zona de difícil acesso

O Concelho da Ribeira Grande, apresenta características físicas da ilha de Santo Antão, é muito montanhoso com abruptas encostas, recortadas por vales, o que faz com que a rede viária, seja muito difícil e perigosa, tornando o acesso aos povoados difícil e moroso. Apesar disso quase a maior parte do Concelho se encontra ligada por redes viárias.

Ao observar o mapa da densidade populacional consegue-se distinguir rapidamente as freguesias com maiores densidades.

3.4. População activa

Quadro IV – População activa das freguesias de 15 e mais anos

FREGUESIAS	MASCULINO	FEMENINO	TOTAL	Fr. Relativa
				%
N. ^a Sr. ^a Do Rosário	2.009	1.332	3.341	40,5
N. ^a Sr. ^a Livramento	518	345	863	10,4
Santo Crucifixo	1.780	990	2.770	33,5
S. Pedro Apóstolo	783	503	1.286	15,6
TOTAL	5090	3170	8.260,00	100,00

Fonte: INE – censo 2000

Ao analisar o quadro IV verifica-se que, em todo o Concelho, a sua população activa é 8.260 pessoas sendo 5.090 do sexo masculino e 3.170 do sexo feminino. Verifica-se ainda que a freguesia de Nossa Senhora do Rosário apresenta maior percentagem de activos (40%) e a com menos percentagem é a freguesia de Nossa Senhora do Livramento (com 10 % de activos). Isto verifica-se pelo facto da freguesia de Nossa Senhora do Livramento ter menor superfície e é menos populosa de todas e a freguesia de N.^a Sra. do Rosário ser a mais populosa de todas.

Em relação a população do Concelho que é de 21.480 habitante, a sua população activa é reduzida, pelo facto de grande número da sua população se encontrarem em idade escolar. Os idosos não fazem parte da população activa, apesar de se encontrar alguns idosos com idade de 65 anos a trabalharem (censo/2000). Entretanto encontra-se uma grande percentagem da população inactiva (36,1%) devido ao elevado número de crianças e adolescentes.

A fraca percentagem de activos no concelho dificulta grandemente o desenvolvimento do mesmo.

3.5. Estrutura Etária da População

Pelas pirâmides de idades referentes aos anos 1990/2000, vê-se que a população do Concelho da Ribeira Grande não tem tido uma linha evolutiva contínua devido à factores de vária ordem que tentaremos abordar ao longo desta análise.

Bem visível é também a brusca reentrâncias entre 44 – 55 anos devido a seca que assolou o país inteiro, miséria, a fome e as epidemias que dizimaram milhares de cidadãos nacionais. Ultrapassada a crise, a partir da década de 1960/70, verificou-se um recrudescimento da natalidade e, portanto do crescimento natural, e que na pirâmide manifesta-se por uma saliência mais ou menos acentuada.

A pirâmide do ano 2000 ainda evidência de forma muito clara dos outros aspectos da estrutura etária de uma população: A primeira é a redução drástica da natalidade (efectivos de 0 – 4 anos), de 3698 (18%) para 2369 (11%) no ano 2000 e que poderá estar directamente relacionado com o segundo aspecto que é o envelhecimento da população (60 anos ou mais) que passou de 2375 (11,6%) no ano 1990 para 2752 (12,8) em 2000. Esta relação de natalidade versus envelhecimento da população estabelece-se, na medida em que, com o decréscimo da natalidade, da mortalidade e com melhores condições de vida há um alongamento da esperança. A emigração, que afecta sobretudo jovens e adultos vai reduzir os efectivos daquelas classes e são sobretudo essas as classes reprodutoras. Com uma população envelhecida vão surgir vários problemas, nomeadamente, pensões sociais, encargos com a saúde e lar de idosos e outros.

Figura VI- Pirâmide etário do Concelho da R.^a Grande – 1990

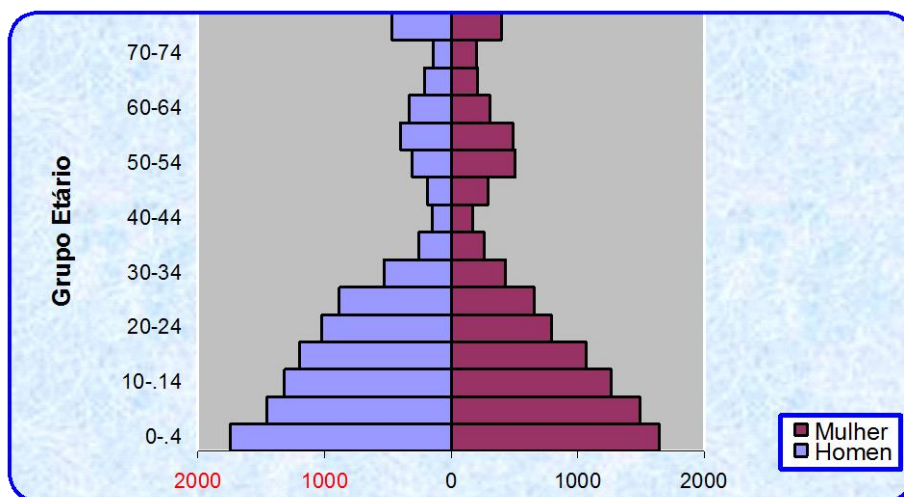
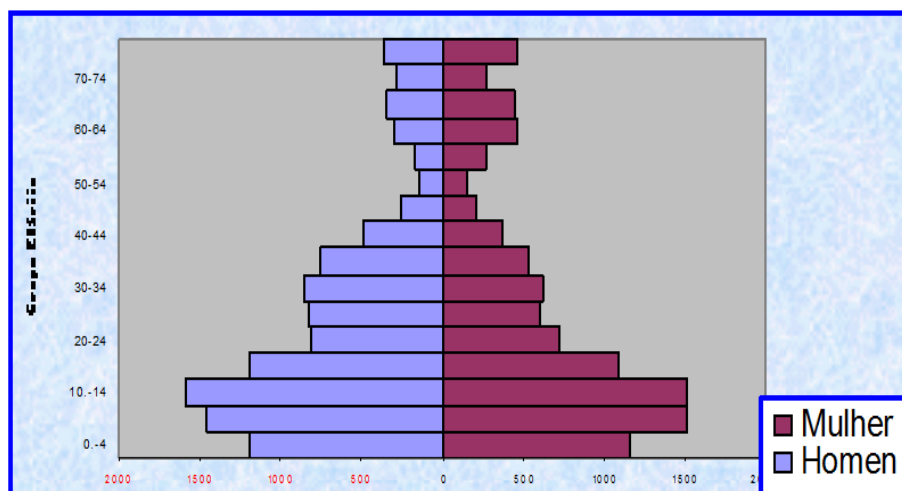


Figura VII – Pirâmide etária do Concelho da R.^a Grande 2000



Biologicamente nascem em média 105 rapazes por cada 100 raparigas. No concelho da Ribeira Grande essa ordem natural mantém-se apesar da maior longevidade das mulheres. No ano de 1990 a taxa de masculinidade era de 103% passando para 106% no ano 2000. Isto quer dizer que, ao contrário do que se passa a nível nacional com uma taxa de 93%, em Ribeira Grande há 106 homens por cada 100 mulheres

A configuração das duas pirâmides mostra claramente uma diminuição da população a baixa idade, o que se explicaria por uma provável baixa de natalidade ou mesmo sub registos das crianças. Porém, segundo as Perspectivas Demográficas de Cabo Verde Horizonte 2020 o concelho cresce a um ritmo lento e terá uma população de 21.856 habitantes, em 2010. Apesar da baixa de fecundidade, o ligeiro aumento verificado entre 2000 e 2010 seria assegurado pelo número de mulheres que entram na vida procriativa.

3.6. Crescimento Natural

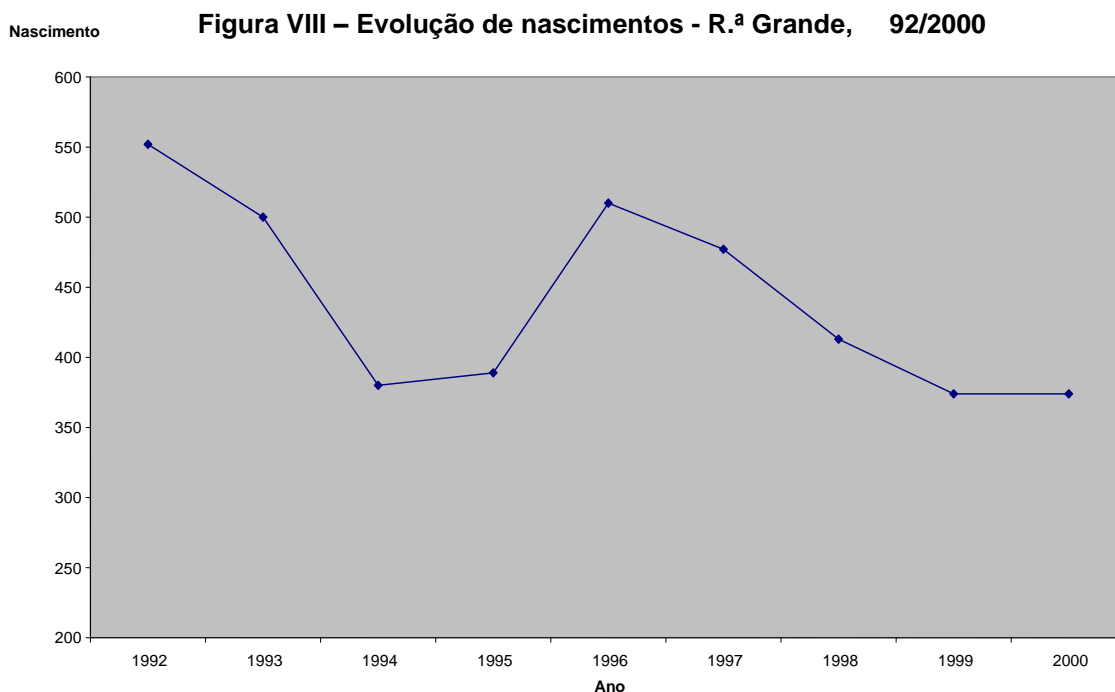
Entende-se por Crescimento Natural a diferença entre o número de nascimentos e o número de óbitos no seio de uma população num determinado período. Neste ponto vamos analisar o comportamento procriativo, bem como os respectivos indicadores, no concelho da Ribeira Grande.

a) Natalidade

Quadro V – Evolução de nascimentos vivos e taxa de natalidade – 92/2000

Anos	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Nascimento	552	500	380	389	510	477	413	374	374
Taxa	26,4	23,9	18,2	18,6	24,4	22,8	19,8	17,9	17,4

Fonte: INE – Estatísticas vitais



Fonte: INE – Censo/2000

Ao analisar a natalidade suscita algumas dificuldades operacionais que convém desde logo tomar em consideração. Efectivamente, o registo dos nascimentos padece de algumas insuficiências. Regista-se que existe algumas dificuldades no preenchimento dos verbetes de nascimento, que não trazem a totalidade de informações requeridas, dificultando a análise de algumas variáveis, nomeadamente, quanto as condições socio-económicas da mãe, assim como o respectivo nível de instrução e formação académica. Um outro factor reside num eventual registo de nascimentos fora da ilha, por parturientes evacuadas para S. Vicente, para ali realizarem os partos, por razões de assistência médica especializada. (Pires J, 2001)

Por outro lado, as dificuldades de acesso às zonas ainda hoje quase inacessível, a dispersão geográfica e o relativo afastamento dos principais centros administrativos constituem dificuldades acrescidas, resultante do sub registo dos nascimentos. Estes factores tem ainda hoje grande impacte na vida das pessoas e o sub registo ou registo tardio, continuam sendo prática pelo menos, em Ribeira Grande.

Ao analisar a evolução dos nascimentos 92/2000 verifica-se que no ano 1992 se regista 552 nascimentos, com um aumento em 1993. Nos anos seguintes registaram-se oscilações com uma forte subida em 1996 e daí então registaram-se descidas até o ano 2000. (Fig. VIII)

Por razões já mencionadas, não se pode fazer uma análise concreta dos nascimentos por ano neste Concelho.

b) Fecundidade

O que caracteriza a fecundidade é o número médio de crianças que uma mulher pode ter ao longo da sua vida reprodutiva. A fecundidade mede a frequência dos nascimentos, que ocorrem num subconjunto específico (as mulheres em idade de procriar).

Quadro VI – Número de filhos por mulheres R^a Grande – 1990-2000

Idade	1990			2000		
	NºMulher	NºFilhos	TEF	Nª Mulher	NªFilhos	TEF
15-19	1024	73	71,3	1092	81	74,2
20-24	765	110	143,8	730	109	149,3
25-29	646	101	156,3	615	68	110,6
30-34	425	69	162,4	622	58	93,2
35-39	256	35	136,7	541	38	70,2
40-44	175	9	51,4	373	15	40,2
45-49	290	3	10,3	212	3	14,2
Total	3581	400	111,7	4185	372	88,9

Fonte: INE – censo 1990 e 2000

A fecundidade é um fenómeno demográfico mutável, não só no tempo como no espaço, muito marcado por inúmeros factores tais como: estrutura da população, níveis de escolaridade e de informação das pessoas, as condições socio-económicas, políticas e culturais, o meio de residência (rural ou urbana), e adopção de atitudes que favorecem ou podem contrariar a sua evolução. É de salientar ainda a importância do planeamento familiar pela utilização de métodos contraceptivos modernos, cujo efeito sobre o nível da fecundidade é incontestável.

O conhecimento do nível de fecundidade e da sua tendência se reveste de muita importância para o nosso domínio de estudo uma vez que permite planear fenómenos sociais e económicos e tomar medidas no sentido de reduzi-la ou incentiva-la.

Como tínhamos referido anteriormente, o número de mulheres em idade de procriação no concelho em 1990, era de 3581, registando um aumento para 4099 no ano 2000. Esse acréscimo pode reflectir um aumento da fecundidade e, por conseguinte, um aumento dos nascimentos.

Segundo dados do INE, a fecundidade no nosso país tem demonstrado uma diminuição importante. A intensidade que se situava em 7,5 filhos por mulher em 1970, passou a ser 6,3 e

5,6 em 1980 e 1990, respectivamente, registando uma média de 4,0 filhos por mulher no período compreendido entre 1995-1998.

De acordo com as informações do Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva em Cabo Verde (1998), as mulheres residentes no meio urbano apresentam uma taxa de fecundidade total de 3,1 filhos, e aquelas que vivem no meio rural têm em média 4,9 filhos, resultando em uma diferença de 1,8 filhos. Sabendo que a maioria da população ribeiragrãndense reside no meio rural podemos afirmar que a taxa de fecundidade total do Concelho tem vindo a acompanhar na sua quase totalidade a evolução registada no meio rural.

O quadro seguinte mostra-nos que o número de nascimento por mulheres ainda é considerada alta, contudo regista-se alguma diminuição de 1990 à 2000. No ano 199, o maior número de nascimento registou-se na faixa etária 30-34 anos com 162 nascimentos por 1000 mulheres e, no ano 2000, o maior número de nascimento registou-se na faixa etária 20-24 anos com 149 nascimentos por 1000 mulheres. Entretanto a TFT do Concelho no ano 2000 é de 88 filhos/1000 mulheres, valor inferior a nacional que é de 111 nascimentos/1000 mulheres. Isto deve-se a mudança de mentalidade em relação ao uso de contraceptivos.

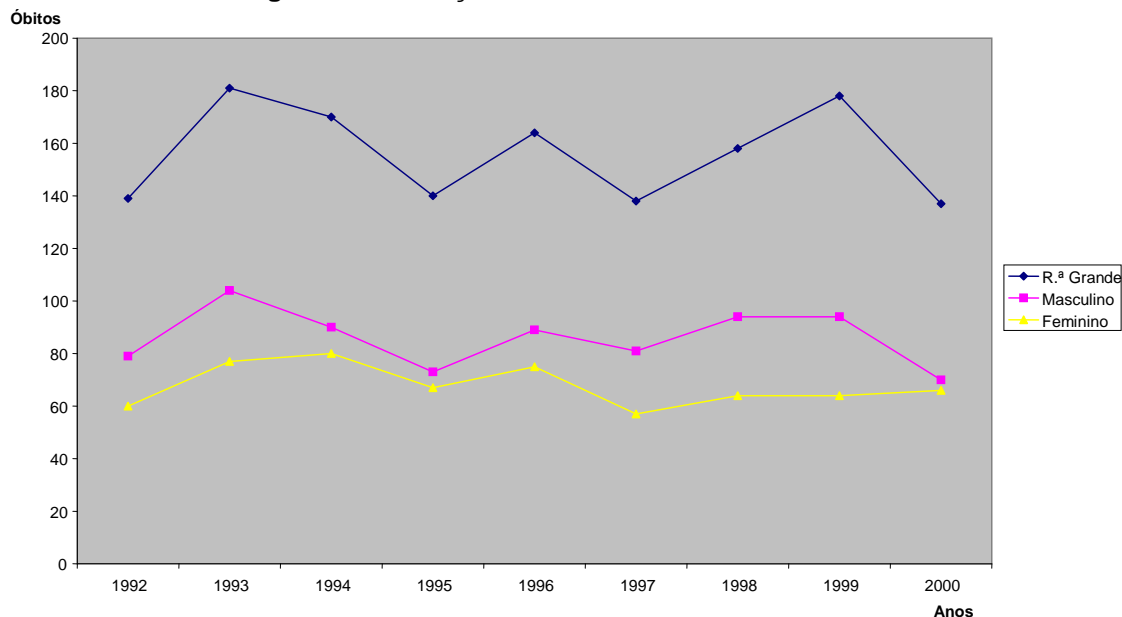
c) Mortalidade

A mortalidade é um fenómeno demográfico condicionado por factores intrínsecos e extrínsecos ao indivíduo, dependendo das suas características físicas e biológicas, e do meio envolvente.

Como se sabe, a mortalidade é um fenómeno diferencial em razão do sexo. Na prática, a incidência da mortalidade é maior nos indivíduos do sexo masculino.

Em Cabo Verde, a taxa de mortalidade tem vindo a diminuir, e no caso particular de R^a Grande, regista-se efectivamente fortes quebras na evolução da mortalidade geral, facto que pode contribuir para um significativo aumento do ritmo de crescimento natural, e de aumento da população. O quadro em baixo, evidência uma clara tendência de decréscimo contínuo das taxas.

Figura IX- Evolução dos Óbitos 1992/2000



Fonte: GEP/Ministério da Saúde, Estatísticas da Mortalidade 1992 a 2000

A evolução dos mortos nesse mesmo concelho sofreu algumas oscilações no mesmo período. Em 1993, registou-se maior número de óbitos, com descidas nos anos seguintes – 94/95. Em 1996 registou-se ligeira subida com descida no ano 97 e novas subidas nos anos 98/99. No ano 2000 registaram consideráveis descidas. (ver figura IX).

A taxa bruta de mortalidade (TBM) no Concelho caracteriza-se por baixos níveis de mortalidade geral, reflexo da estrutura etária jovem da população e dos baixos níveis de mortalidade infantil e juvenil. A taxa era da ordem de 8,9 por 1000 em 1991, atingindo um valor de 5,6 por 1000 no ano 2000, ou seja uma redução de 3,3 por 1000. Nota-se ligeiro aumento da taxa de mortalidade nos anos de 1994/95. Isso devido a epidemia de cólera de assolou o nosso país nos anos 1995/96. Ainda registaram-se alguns aumentos nos anos 1996 e 1999.

Quadro VII: Taxa Bruta de Mortalidade Geral (%) por ano Rª Grande

Ano	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Taxa	8,9	7,5	8,3	8,3	6,2	7,2	5,9	6,7	7,4	5,6

Fonte: INE, GEP/Ministério da Saúde

Apesar de haver algumas oscilações, a mortalidade tem vindo a diminuir devido à intervenção conjugada de factores como melhorias nas condições higiénico-sanitárias, nas

condições gerais de saúde da população, do nível de informação e educação, com reflexos nos baixos níveis de mortalidade Infanto-juvenil e Materna como de resto, nos mostra o quadro abaixo.

Quadro VIII: Evolução de alguns indicadores – Taxa de Mortalidade por ano em R^a Grande 1992 – 2000

Taxa/Ano (‰)	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Afecções Perinatais	9,3	9,2	9,0	8,9	17,5	12,9	8,5	8,4	24,7
Infecções parasitárias	88,8	59,7	54,2	17,8	39,3	25,8	46,6	41,8	37,1
Traumatismo Env.	65,4	45,9	54,2	88,8	39,3	30,1	55,1	42,0	28,8
Cerebrovasculares	65,4	64,1	36,1	26,6	48,1	21,5	29,7	46,0	61,8
Tumores Malignos	88,8	55,1	49,7	17,8	30,6	60,2	67,8	54,3	49,4
D. Ap. Circulatório	60,8	96,4	99,3	31,1	48,1	47,3	84,8	108,6	94,7
Afecções Respiratória	46,7	78,1	90,3	35,5	21,8	34,4	42,4	75,2	20,6
D.sist.nervoso central	14,0	13,8	4,5	8,9	13,1	21,5	17,0	4,2	8,2
D. Metab.Endocr.Nut	23,4	32,1	18,1	17,8	13,1	17,2	38,1	4,2	16,2
D. Ap. Digestivo	14,0	9,2	4,5	8,9	17,5	8,6	8,5	25,1	20,6

Fonte: GEP/ Ministério da Saúde estatística de mortalidade 1992 a 2000

No Quadro VIII, se analisa as principais causas da morte no Concelho da Ribeira Grande. Pode constatar-se que as principais causas em 1992 foram as infecções parasitárias com 88,8%, seguida dos tumores malignos com a mesma percentagem, Ac. Cerebrovasculares com 65,4‰), seguida de afecções circulatórias e respiratórias com 60,8‰ e 46,7‰ respectivamente. Segundo o Delegado de Saúde do Concelho essas doenças são características dos países pobres que não dispõem de meios e nem condições. Essas doenças são originárias de uma má nutrição, condições de higiene precárias, falta de água potável e o saneamento básico deficitário.

Ao longo dos anos, essas mortes por causa dessas doenças sofreram algumas diminuições, prevalecendo ao longo dos anos, as mortes por doenças do aparelho circulatório, (108,6‰) em 1999, continuando alta no ano 2000 (94,7‰). Segundo o Delegado de Saúde, isso é devido a melhoria de vida dessas populações e estão relacionados com a vida mais agitada que as pessoas levam. Ainda segundo ele, as mortes por causa de doenças do aparelho respiratório e cerebrovasculares são típicas dos países desenvolvidos. Apesar das mortes por infecções parasitárias apresentarem baixas significativas, ainda se registam percentagens altas (37,1‰).

Ao longo dos anos, as mortes que se registaram pouco significativas são por doenças do sistema nervoso central com 14‰) em 1992 e 8,2‰) em 2000.

O estudo da mortalidade infantil incide sobre os óbitos ocorridos nas crianças menores de 1 ano, com relação ao número de nascimentos vivos verificados durante um ano. Permite avaliar o nível de desenvolvimento humano e social, já que a sua evolução está intimamente ligada a grandes variações conjunturais de ordem económica e social, nomeadamente de natureza ambiental, dieta alimentar, cuidados dispensados à primeira infância, o nível educacional dos pais, condições higiénicas e a assistência médica infantil e pré-natal.

Quadro IX – evolução da Mortal. Infantil – N° de óbitos e taxa por mil NV/mil- R^a Grande, 1991 a 2000

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Óbitos	20	26	12	26	13	14	14	9	10	9
Taxa	31,4	33,4	15,1	32,4	16,1	17,3	17,5	11,4	12,8	11,6

Fonte: GEP/Ministério da saúde, Estatísticas de Mortalidade 1991 a 2000

A taxa de mortalidade infantil, (TMI) no concelho da Ribeira Grande, que em 1991 se situava em 31,4‰ baixou para 11,6‰ no ano 2000. Registou-se um aumento para 33,4‰ no ano 1992 que diminuiu significativamente em 1993 com 15,1%, registando um novo aumento significativo de 100%, passando de 15,1‰ para 32,4‰ em 1994. Razões que se prende, com o surto de colera de assolou o nosso país nos anos 1994/95.

As principais causas da mortalidade infantil estão as doenças infecciosas e parasitárias, as afecções perinatais e respiratórias que estão relacionados com a situação sócio-económica das populações, resultante das mas condições habitacionais, a carência de água potável que contribui para a prevalência de doenças diarreicas, o saneamento básico que resulta na inexistência de depósitos de dejectos humanos, contribuindo assim para o agravamento das condições de saúde.

CAPITULO IV

FACTORES DETERMINANTES NO RITMO DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DO CONCELHO DA RIBEIRA GRANDE

4.1 – Factores Económico

4.1.1-Emprego/Desemprego

O trabalho constitui um dos principais factores de desenvolvimento de qualquer sociedade e Cabo Verde não foge a regra, pois é com base no trabalho que as pessoas conseguem adquirir os bens necessários à subsistência. Infelizmente dado as características do país (falta de chuva, baixo nível de escolarização da nossa população), o desemprego tem constituído um grande entrave ao desenvolvimento. A exiguidade do mercado, onde se encontra um tecido empresarial fraco, com poucos investimentos, não consegue reter a mão-de-obra disponível, contribuindo assim para o aumento do desemprego.

Santo Antão enquadra-se no grupo das Ilhas mais pobre do país, com elevada taxa de desemprego, que de 16,3%.

Segundo, estudo feito em 1986, por (Hermings-Gapihan), uma família rural em Santo Antão necessitava de ECV 200, por dia para a sua subsistência. Com uma taxa média de inflação anual de 9.7% esse rendimento mínimo registou-se um aumento em 1993 para ECV 382 por dia, daí um rendimento mensal de cerca de US\$ 150 e anual de US\$ 1 800. (II PDSA-1999). Em Cabo Verde, o PIB per capita em US\$, no ano 2000 era de 1264. (INE, contas nacionais)

Os dados de estudo sobre o mercado de trabalho e oferta de mão-de-obra em Santo Antão (SARDEP, 1993) mostram que cerca de 67% da população activa tem um rendimento mensal inferior a ECV 10.000, abaixo do nível de subsistência. Ademais ao redor de 6 500 pessoas, 41% trabalham nas FAIMO, o que demonstra a vulnerabilidade da população.

Santo Antão, cuja actividade económica está assente principalmente na agricultura e pecuária altamente dependente das condições climáticas favoráveis para o equilíbrio económico e social, sofre com maior impacte os efeitos da falta das precipitações, conjugada a uma orografia complexa, condiciona grandemente a fixação dos aglomerados populacionais bem como a distribuição de terras para a produção de alimentos para o autoconsumo. Como se pode verificar, a complexidade dos factores que interagem e originam a situação de

desemprego da ilha reproduzem-se em situações de disfunção social com implicações negativas na dinâmica social e na capacidade produtiva das populações.

O concelho da Ribeira Grande é considerado um concelho pobre, se bem que a nível de classificação existe algumas zonas pobres e outras muito pobres. (II PDSA, 1999)

A agricultura é a principal actividade económica do Concelho. Apesar da produtividade actual ser considerada fraca, o clima, a melhor disponibilidade dos recursos hídricos, fazem com que o Concelho seja o mais populoso da ilha. A estrutura produtiva do Concelho não consegue gerar emprego suficiente para absorver a mão-de-obra disponível com consequências negativas nas condições de vida da população. O Concelho apresenta uma elevada taxa de desemprego de 17,4 % sendo 9,8% do sexo masculino e 7.6% do sexo feminino, com maior expressão na faixa etária 15-24 anos, com 31,3%.Relativamente superior a da ilha (16,3%) e do país (17,3%). (INE, censo 2000-características económicas da população).

Para compreender melhor a situação de emprego/desemprego no Concelho da Ribeira Grande, fez-se um levantamento de dados da população empregada e desempregada no meio rural e urbano, que se segue:

O quadro X mostra-nos a população empregada e desempregada no meio rural e urbano no Concelho da Ribeira Grande.

Verifica-se que no meio urbano existe 25,3% da população estão empregados, enquanto que 13,35% são desempregados. No meio rural encontra-se 74,7% da população são empregadas e 86,6% desempregados.

Figura X – População activa empregada e desempregada Concelho da Ribeira Grande

Concelho R. ^a Grande	POP. ACTIVA			POP. EMPREGADA			FR. %	POP. DESEMPREGADA			FR. %
	MF	M	F	MF	M	F		MF	M	F	
URBANO	1.831	1.009	742	1.727	1.051	676	25,32	104	38	66	13,35
RURAL	5.770	3.819	1.915	5.095	3.541	1.554	74,68	675	278	397	86,65
TOTAL	7.601	4.828	2.657	6.822	4.592	2.230	100	779	316	463	100

Fonte: INE- Censo 2000

O emprego no meio rural predomina, visto que segundo as características do censo/2000, uma pessoa que durante uma semana prestou algum serviço à outrem pelo menos duas vezes por semana, não é considerado desempregado, o que na realidade não seja verdade. Isto diminui o número de desempregados.

O desemprego atinge particularmente as mulheres, nomeadamente as chefes de família, devido as relações desequilibradas de género que colocam as em posição de desigualdade em relação aos homens na participação activa da economia do Concelho. Outra causa do desemprego na mulher reside no baixo nível de escolaridade/ instrução. Quanto mais baixo é o nível de instrução, mais probabilidade a pessoa tem de integrar o lote dos desempregados. Visto que o nível de instrução, condiciona a informação e a formação profissional e logo o emprego e auto-emprego. É de realçar que 71,7% da população entre 15-24 anos procura o primeiro emprego (censo 2000- Características económicas da população).

Perante essa realidade, denota-se que a situação financeira dessas famílias é bastante precária na medida que os chefes de família ou são desempregados ou estão no subemprego.

Portanto, uma forma para se reduzir a pobreza, é criar emprego principalmente para as camadas mais afectadas, nomeadamente jovens e mulheres. Uma das estratégias para tal, consiste no desenvolvimento do sector público e privado e na adopção de políticas para atrair investimentos estrangeiros, principalmente dos emigrantes, que contribuem para a criação de novos postos de trabalho sobretudo no meio rural, o desenvolvimento do sector agrícola.

Outras medidas são também consideradas prioritárias, nomeadamente a implementação de programas de construção de habitação social, melhoramento da assistência médico-medicamentosa e da qualidade de vida, o fomento da educação e formação para saúde que incluam componentes relativos à nutrição, acesso e conservação da água potável e saneamento básico, de forma a melhorar o estado nutricional das crianças e reduzir o índice de doenças contraídas por maus hábitos alimentares e falta de higiene pessoal e do meio ambiente.

O desenvolvimento do sector agrícola e da prestação de serviços poderá ser uma alternativa em termos de ocupação da mão-de-obra, da população do Concelho, num quadro de desenvolvimento da ilha de Santo Antão.

O Governo vem desenvolvendo um programa de luta contra a pobreza no país, com o objectivo de reduzir a pobreza de forma durável e sustentável, combater a pobreza no quadro descentralizado e promover a participação e a coordenação de esforços. O programa está direccionado sobretudo para as mulheres chefes de famílias, desempregados particularmente jovens, grupos em situação de vulnerabilidade e trabalhadores das FAIMO.

Como não poderia deixar de ser, o programa vem sendo desenvolvido em Santo Antão e particularmente no Concelho da Ribeira Grande, apoiando na formação profissional (áreas de pintura, electricidade, gestão de pequenos negócios, cabeleireiro, corte e costura, culinária,

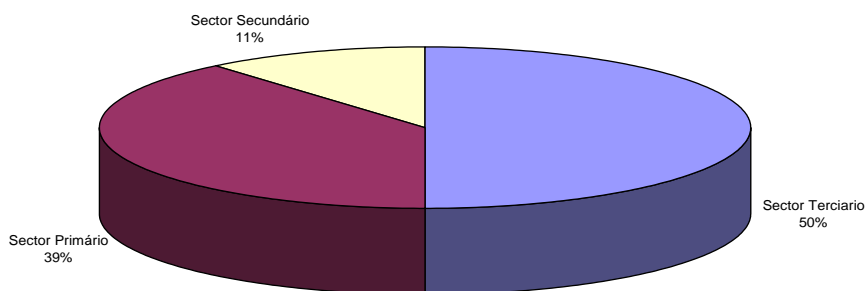
etc.); atribuição de micro-créditos e ainda a melhoria de acesso social dos grupos pobres (melhoria do acesso a água potável, construção de infra-estruturas comunitárias, transporte rodoviária, educação e habitação social).

Segundo os dados do programa já foi investido em Santo Antão 396.280 contos, e 3,5% dessa verba foi destinada à apoios à micro-créditos no concelho da Ribeira grande.

O estudo do Programa de Combate à Pobreza em R^a Grande considera que são indispensáveis alternativas de fixação das populações nas zonas rurais, pois, S. Vicente continua sendo a miragem de dias melhores para muitas das vítimas da seca bem como do desemprego da ilha e do concelho em particular.

A figura X permite-nos analisar a situação da população empregada por sectores de actividades, distribuídas pelo meio rural e urbano, com o objectivo de melhor entender como se encontra a população distribuição por sectores de actividades, para uma melhor avaliação da situação da pobreza do Concelho.

Figura X – População com 15 ou mais anos empregada por sector de actividades, meio rural



Fonte: INE –Censo 2000

Na análise, verifica-se que o sector terciário, representa 50% da população, seguido do sector primário com 39% da população e o sector secundário abrange 11% da população.

Apesar do concelho ser essencialmente agrícola a predominância do sector terciário é devido a fraca pluviosidade; que contribui para a seca no Concelho, dificultando assim a

prática da agricultura, contribuindo assim para o aumento do desemprego. A classe desempregada tem a tendência de procurar emprego no sector terciário (trabalhador por conta de outrem), comércio etc, por ser um trabalho que não exigem grande esforço físico.

Ainda é de salientar que no período do censo/2000 que foi de 16 à 30 de Junho/2000, ainda não se tinha iniciado as actividades agrícolas, o que fez com que as pessoas procurassem emprego nos outros sectores. Tudo isso é devido ao efeito de sazonalidade, mas as pessoas procuram um trabalho nos sectores onde podem encontrar um trabalho fixo, sem contar com o aspecto psicológico da procura ou obtenção desse trabalho.

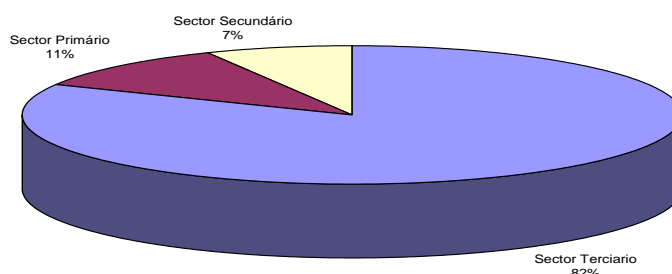
Apesar da escassez das chuvas ainda verifica-se uma percentagem significativa da população que trabalha no sector primário de 39%, devido a grande produtividade do Concelho em cana sacarina e banana, praticada nos regadios, que também emprega grande número de trabalhadores que se encontram enquadrados no sector terciário segundo INE. (trabalho por conta de outrem).

O sector secundário é pouco significativo no meio rural com 11% da população empregada, visto que não existem indústrias extractivas e existem algumas indústrias transformadoras principalmente na produção de aguardente de cana sacarina.

Verifica-se ainda que a faixa etária entre 22 à 44 anos é a que emprega-se maior número da população e a faixa dos 65 anos e mais encontra-se os reformados.

Ainda no meio rural, há predominância do emprego no sexo masculino, visto que trabalham nas construções na agricultura e nos trapiches.

Fig. XI – População com 15 ou mais anos empregada por sector de actividades, Meio Urbano



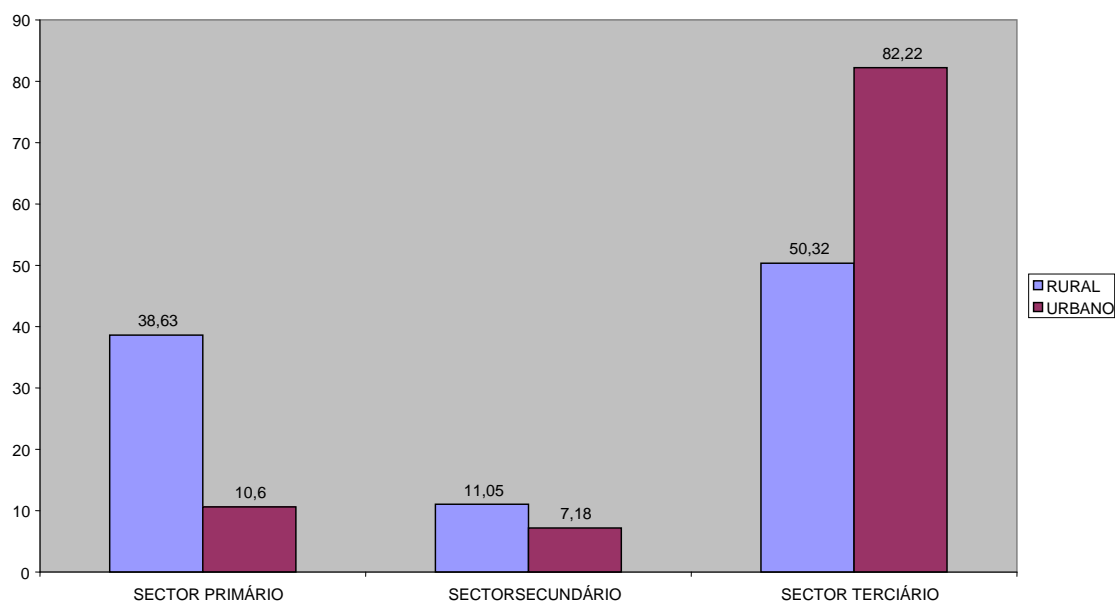
Fonte:INE –Censo 2000

Ao analisar fig. XI verifica-se que o sector terciário é que predomina, com 82,22% da população e com fraca percentagem para os sectores primário e secundário predominância do sector terciário é por se tratar do meio urbano, onde se concentra as várias actividades administrativas, serviços, comércio etc. Verifica-se ainda que a fragilidade de uma agricultura a braços com inúmeros constrangimentos, obriga uma grande maioria da população rural a ter que procurar emprego em actividades extra-agrícolas, nas zonas urbanas, engrossando assim o número de activos no sector terciário. Constata-se que neste mesmo sector, predomina a faixa etária dos 25 – 44 anos com maior número de activos a trabalhar com um total de 1.094, sendo 413 mulheres e 681 homens.

Em todos os sectores verifica-se uma fraca participação da mulher, devido as relações desequilibradas de género que colocam as mulheres em posição de desigualdade em relação aos homens na participação activa da economia do País. (segundo o programa de luta contra a pobreza, 2000).

O sector secundário é menos significativo, com 7.2% por se registar poucas indústrias no meio urbano.

Figura XII – Sectores de actividades Urbano/ Rural



Fonte: INE -censo 2000

4.1.2. Agricultura

Sendo a agricultura a principal actividade económica do Concelho, achamos conveniente fazer um estudo sobre a mesma, para analisar o seu impacto no desenvolvimento do Concelho.

É praticada em dois regimes, o do sequeiro que engloba 46% da superfície agrícola e 48% das áreas de regadio. A agricultura de sequeiro predomina o cultivo de milho, associado ao feijão Congo e outras culturas conforme a zona ecológica. Apesar da escassez da água e das precipitações, o regadio é o sector mais viável com melhores possibilidades de desenvolver e contribuir substancialmente para melhoria das condições de vida da sua população.

A superfície total da ilha de Santo Antão é de 779 Km², dos quais 2794 ha são áreas cultivadas. Sendo que a agricultura de sequeiro possui um total de 2380 há de áreas cultivadas e o regadio possui um total de 414 há.

A ocupação das terras por um lado predomina o milho no sequeiro e cana sacarina no regadio.

O concelho pelo seu relevo, favorável a formação de chuvas orográficas, faz com que haja uma precipitação média de 255 mm/m³ nos últimos anos.

As infiltrações das águas pluviais que são importantes para a recarga dos lençóis freáticos⁷ dão-se essencialmente nas formações vulcânicas recentes e permeáveis das zonas mais elevadas acumulando nos aquíferos intermédios, localizadas sobre o complexo antigo pouco permeável.

Apesar da produtividade actual ser considerada fraca, o clima, a melhor disponibilidade dos recursos hídricos, faz com que o Concelho seja o mais populoso da ilha. A estrutura produtiva do Concelho não consegue gerar emprego suficiente para absorver a mão-de-obra disponível.

4.1.2.1 – Sistema agrário do conselho da R^a Grande.

A ilha de Santo Antão, tem uma população marcadamente rural, pois 69% dos habitantes, possuem na agricultura os principais meios de subsistência. Das 7663 famílias da ilha de Santo Antão, 5176, o que corresponde a 67 % das famílias, praticam a agricultura. (GTI, 1999).

⁷ Toalha de água doce subterrânea situada próximo da superfície

O sistema agrário, da ilha de Santo Antão e do concelho de Ribeira Grande em particular, possui três regimes de cultura: Sequeiro, Regadio e Sequeiro/Regadio

A maior parte dos agricultores dependem apenas do sistema de Sequeiro, que devidos as chuvas escassas, tem vindo a mostrar cada vez menos viável, em termos económicos e ecológicos.

Até então, a estrutura agrária do concelho da Ribeira Grande, continua a ser caracterizado pelos minifúndios. Onde existe uma combinação de forma de exploração directa (por conta própria), e a forma indirecta (por arrendamento, comodato, e aforamento).

No que concerne, a exploração agrícola de Sequeiro e forma de exploração por conta própria é predominante nas quatro freguesias do concelho, seguido da parceria. Acontecendo o mesmo para o sistema de regadio.

A forma de exploração indirecta, predominante no concelho é a de parceria, com aproximadamente 20% das áreas totais de regadio, e aproximadamente 28% das de sequeiro. (

a) - Agricultura de sequeiro



Fig. XIII – Agricultura de sequeiro

Esse sistema agrícola é dominado pelo cultivo do milho, associado frequentemente ao feijão Congo e outras culturas conforme a zona ecológica. Ela tem demonstrada fraca produtividade nos últimos anos, devido a escassez de chuva.

A produção do milho, satisfaz em geral, uma media de 5 a 20% das necessidades do mesmo. No sistema de sequeiro, nas quatro freguesias, predomina a combinação milho outras culturas, seguidas do milho Congo, só milho e só feijão Congo. Na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, os tubérculos ocupa 55ha da área de Sequeiro. Outras culturas e feijões,

em algumas freguesias, são inexistentes e noutras a área cultivada é quase insignificante, nunca superior a 1 ha.(quadro XI)

Quadro XI – Ocupação das áreas de Sequeiro nas diversas freguesias do Concelho da Ribeira Grande (em ha)

Freguesia	Milho	Feijão Congo	Outros feijões	Tubérculos	Outras culturas	Milho e Congo	Milho e outras culturas
Nª Sra. Rosário	16	5	0	55	1	258	561
Nª Sra. Livramento	1	0.9	0	5	0	30	74
São Crucifixo	26	10	0.1	7	0	306	923
S.P. Apóstolo	20	0.5	0	0.1	0	251	644
Total	63	16.4	0.1	67.1	1	845	2202

Fonte: II Plano de desenvolvimento de Santo Antão

b) Agricultura de regadio

Este sistema de agricultura, apesar dos constrangimentos existentes, é aquele que demonstra, maior viabilidade e melhores possibilidades de se desenvolver e para contribuir para uma melhoria significativa da situação económica dos agricultores do concelho. O constrangimento mais acentuado que prejudica o sistema de agricultura de regadio, é a reduzida disponibilidade em recursos hídricos acompanhado de técnicos de produção tradicionais.

No que concerne as áreas cultivadas que são regados com um intervalo até 14 dias, a percentagem é bastante ínfima, embora seja o sistema de rega ideal para horticultura que é mais viável economicamente. O intervalo de rega de 15 a 30 dias é elevado e abrange cerca de 29,7% das áreas, permitindo ainda algum rendimento aceitável para algumas espécies hortícolas.

O intervalo de rega, que vai de 31 a 60 dias, permite apenas, o cultivo de culturas tradicionais, com uma produtividade escassa, que é o caso de cana sacarina e da mandioca. O último intervalo, que é mais de 60 dias, os rendimentos são baixíssimas, infelizmente vê-se que 54,6% das parcelas do conselho é irrigada com intervalos superiores a 30 dias, e que leva com que a produção e o rendimento continua baixo, em contra partida o intervalo de rega de menor de 16 dias, onde a produtividade e o rendimento pode ser elevado, a percentagem é quase insignificante, inferior a 1% no concelho da Ribeira Grande.

A figura a seguir ilustra um pouco a prática da agricultura de regadio no concelho.



Fig. XIV – Agricultura de regadio

O quadro XII, nos mostra que, o produto mais cultivado em R^a grande é a cana-de-açúcar com 360 ha. O recenseamento agrícola de 1998 indica que a cana-de-açúcar ocupa 750 ha das 855 ha de regadio de S. Antão, o que equivale a 88,8% dessa mesma área.

Quadro XII – Ocupação das áreas de Regadio no Concelho da Ribeira Grande (em ha)

Concelho	Freguesia	Cana	Banana	Batata comum	Cebola	Mandioca	Só outra hortícolas	Outras culturas	Cana e outras culturas
Ribeira Grande	N ^a Sra. Rosário	17	15	0.7	0	2	0.3	0.2	92
	N Sr ^a Livramento	2	0	0	0	0.8	0	0	3
	São Crucifixo	84	1	0.3	0	5	0.1	0.6	140
	S. P. Apóstolo	63	0.4	0.3	0	3	0.1	2	125
	Total	166	16.4	0.13	0	10.8	0.5	2.8	360

Fonte: II Plano de desenvolvimento de Santo Antão

Os principais produtos extraídos da cana são o mel e a aguardente. Constituíram através dos tempos a mais segura alternativa da economia de Santo Antão e R^a grande mais propriamente dito. A sua produção é fácil, a conservação não constitui problema, o valor unitário compensa o agricultor e o produto entra na incidência de dieta alimentar Cabo-verdiana com foros de forte impacto cultural.

O melhor mercado de escoamento do aguardente é a cidade do Mindelo que serve como polo de redistribuição para as outras ilhas.

O aguardente já conheceu destaque como um produto de alta qualidade. Mas com o fabrico do aguardente de açúcar, que faz concorrência, fez com que houvesse o baixo escoamento.

O preço do aguardente de açúcar é tão baixo (menos de 50% do aguardente de cana) que, por aí não haverá qualquer hipótese de competição restando, unicamente a vantagem conferida pela qualidade.

O aguardente de cana tem passado por vários constrangimentos. O problema maior é considerado o fabrico já indiscriminado de aguardente de açúcar. Outros também de forte impacto negativo, que são:

- Baixo custo de produção e consequentemente, baixo rendimento da produção; aguardente de má qualidade causada por um lado pela inexistência de um organismo para controlo de qualidade e por outro, a carência de pessoal qualificado para a operacionalização do laboratório de Afonso Martinho;

- Deficiente capacidade de comercialização, incluindo um deficiente acondicionamento e embalagem do produto e fraco conhecimento do mercado.

Segundo os dados do MAAP, 2004, a horticultura vem ganhando terreno no concelho, com 174 horticultores que corresponde à 19,1% dos agricultores do Concelho. Desses agricultores, 43 praticam a rega localizada o que corresponde à 68,3% dos horticultores, ocupando uma superfície de 48.618 m² que corresponde a 68,3% da superfície de regadio, enquanto que 55.503 m² são utilizados com a rega por alagamento, o que corresponde à 5% da mesma superfície. Essas superfícies são ocupadas pelas diferentes tipos de hortaliças, com destaque para pepino com 83,3%, coentro 59,5%; couve 52,3%; cebola 50,4%; alho 34,8% Alface 32,6%; tomate 27,0% entre outros. As hortaliças, para além de entrarem na dieta alimentar e aumentar o nível nutricional dos santantonenses, são comercializadas, mas o mercado é restrito somente para a Ilha e São Vicente devido a lei de quarentena⁸ aplicada à Santo Antão, fazendo com que o mercado fica saturado provocando a desvalorização do preço, com largos prejuízos para os agricultores, dificultando a vida dos mesmos e da população em geral.

Quanto às técnicas de culturas, é notório que elas diferem de zona para zona, é de agricultor para agricultor, o que faz a descrição bastante difícil. Essa diversidade, está intimamente ligada ao grau de intervenção de extensão rural, pois onde ela consegue chegar com uma grande frequência, vê-se nitidamente os avanços nas técnicas adaptadas pelos agricultores. Nas zonas isoladas, as técnicas continuam rudimentares e pouco recomendáveis para a produtividade e rendimento.

⁸ Lei que proíbe os santantonenses de comercializarem com as outras ilhas devido a praga dos mil pés

Um outro factor preponderante é o poder financeiro dos agricultores, que condiciona grandemente aquisição de factores de produção e de investimentos nas novas tecnologias de irrigação.

O desenvolvimento da fruticultura, na Ilha de Santo Antão, está dependente de muitos factores, entre os quais os climáticos, os ligados à não utilização de técnicas não adequadas por parte dos produtores, com vista à propagação e condução das espécies frutícolas.

Os dados do cadastro frutícola (em anexo) dá-nos uma ideia quantitativa das espécies no Concelho da Ribeira Grande. As espécies de sequeiro tendem a desaparecer por falta de chuva nas zonas climáticas e semi-áridas. Mas, no entanto, deve-se assinalar as condições de microclimas da Ilha, que favorecem o desenvolvimento de várias espécies frutícolas que deverão ser aproveitadas e que se localizam nos extractos climáticos húmidos e sub húmido.

c) Modernização da Agricultura

A agricultura no Concelho da Ribeira Grande carece de uma modernização, que deve passar por um novo cadastro agrário, por novas formas de irrigação e melhoramento das espécies. Mas a principal inovação passa pela modernização do sistema de rega. (fig. XV)



Fig.XV – Modernização da agricultura

No que concerne a este sector o Ministério da Agricultura começou uma campanha para introdução de novas formas de irrigação entre as quais o sistema de irrigação gota-a-gota. Esse sistema vai permitir uma maior eficiência da água sobre as plantas, evitar o gasto e perda de grande quantidade de água através do sistema de alagamento. Ainda a introdução desse sistema tem aumentado a produtividade principalmente no sector de horticultura, o que contribui para o melhoramento da dieta alimentar da população do concelho.

Essa modernização (Fig. XV) vai permitir, uma melhoria das condições de agricultura o que contribuirá para a criação de novos postos de trabalho, diminuindo assim o número de desempregados no Concelho. Mas deve ser acompanhada de uma extensão rural muito incisiva com vista à mudança dos hábitos alimentares e consequentemente, de uma alimentação equilibrada. Assim sendo, estará a permitir que as populações tenham uma melhor saúde e que aumente a esperança de vida.

Apesar da agricultura ter conhecido avanços significativos no Concelho, ainda está a quem das expectativas, por não conseguir produzir o suficiente para o sustento das famílias, bem como não consegue aproveitar a mão de obra disponível, o que aumenta o desemprego no concelho e em Santo Antão em geral. Assim sendo, a sua população é obrigada a procurar a sua sobrevivência em outras paragens.

4.2. Factores Sociais

Os aspectos sociais contribuem grandemente pela determinação do crescimento da população. É neste contexto que pretendemos desenvolver alguns itens que consideramos de grande relevância.

4.2.1. Migrações

Migrações, sob o ponto de vista demográfico, são o movimento populacional de um local para outro, em carácter temporário, ou definitivo. Os movimentos internacionais têm grande impacto para os países envolvidos.

De acordo com César Monteiro, (2001) os movimentos migratórios continuam a ser um dos factores essenciais do processo de mudança social e envolvem, necessariamente, decisões e oportunidades, uma transição social bem definida, implicando uma mudança de estatuto ou uma alteração no relacionamento com o meio circundante, seja ele físico ou social.

Os efeitos da emigração não só contribuem para o melhoramento do nível socio-económico, como também contribuem para a diminuição do crescimento global da população pela diminuição de nascimentos com a saída das mulheres em idade de procriar.

Em Cabo Verde, os movimentos migratórios, são remotos com as primeiras tentativas de ocupação das ilhas. Esses movimentos são fenómenos demográficos tão velhos como a própria história do povo cabo-verdiano. Com efeito, a nossa formação como povo, está intimamente associada à ocupação de povos trazidos de outros territórios, para aqui se estabelecer residência. Ao longo dos tempos, a posição estratégica do Arquipélago, situado no Atlântico Norte, conferiu a cabo verde características do ponto de apoio à navegação.

A adversidade climática, aliada às conjunturas políticas e económicas muito diversas, ao longo dos tempos, ditou no povo Cabo-verdiano um espírito de aventura e de resistência à adversidade que acabou por ser um dos suportes da sua sobrevivência como povo.

Cabo verde é um país disperso pelo mundo como afirmam os historiadores, antropólogos e sociólogos; este vai-se fazendo presente nos países onde tem comunidades emigradas. Os Estados Unidos, Portugal, Angola, Senegal, França, São Tomé, Holanda, Itália, são exemplos de países que abrigam milhares de cabo-verdianos e os seus descendentes. Nestas e noutras latitudes a cultura e o jeito de ser do crioulo vão marcando presença. *“Desde o sec. XVIII em que a pobreza natural das ilhas do atlântico, todas elas dependentes de uma economia agrícola com fraco suporte na criação de gado, agravado pela persistente irregularidade das chuvas, obrigou que o homem cabo-verdiano, pensasse muito cedo na emigração como alternativa”* (Monteiro - 2001).

Segundo os dados do Instituto das Comunidades, leva-nos a constatar que residem mais Cabo-verdianos fora do país do que no território Nacional: (Continente Americano 273.400; Continente Africano 92.200 e o Continente Europeu com 141.180 emigrantes). Os gráficos em anexo dão-nos uma visão global da distribuição da população cabo-verdiana pelo mundo. (Manual do emigrante). Os emigrantes têm contribuído muito para o desenvolvimento do Concelho através do investimento em vários sectores de actividades (construção civil, pequenos comércios, etc.).

A análise que ora se propõe para o concelho da Ribeira Grande, terá como suporte dados de 1995 – 2000 produzidos pelo INE, em primeiro lugar porque foi a primeira vez que se obteve informações detalhadas sobre as migrações internas e internacionais; em segundo lugar, porque os dados dos serviços de migrações e fronteiras não constituem uma fonte fiável, visto que nas ilhas é difícil controlar as saídas e as entradas pelo mar. À semelhança de todo o arquipélago, também no Concelho da Ribeira Grande a degradação das condições de vida

decorrente da seca e a não existência de oportunidades de negócios, emprego, lazer, a realização sócio-profissional, explicam o escoamento da população desse Concelho para outros mais atractivos à procura de sobrevivência e em especial de emprego, formação serviços sociais e de lazer.

Da análise do quadro XIII, concluímos facilmente que o Concelho da Ribeira Grande é um Concelho de repulsão alta e de atracção baixa. Possui um saldo migratório negativo, logo o índice de entrada é bastante inferior ao índice de saída (24,3 contra 38,8 respectivamente), um índice de migração líquida negativa (-20,3) bem como o índice de eficácia (-32,3). No ano 2000 o Concelho da Ribeira Grande foi classificado como sendo o segundo maior “fornecedor” de migrantes, tendo saído concelho 9449 indivíduos, o que equivale a uma taxa de 13% e correspondendo-lhe um índice de saída de 32,2% e um índice de retenção de 67,8%. O número de entrada foi 1244 indivíduos, equivalente a 1,7% correspondendo-lhe um índice de 5,9%. Como resultado disso, o concelho apresenta um saldo migratório bastante negativo (-8205), e só possui saldos positivos em relação a Paul (41), Mosteiros (6), e São Filipe com 8.

Quadro XIII – Matriz do saldo migratório com o concelho da Ribeira Grande de 1995 à 2000

Residencia anterior	Residencia em R.Grande	Índices			
		Entradas	Saídas	Mig.Líquida	Eficácia
R. Grande	0	24,3	38,6	-20,8	-32,3
Paul	27	16,5	45,6	-42,2	-61,8
Porto Novo	-100	20,5	32,6	-16,4	-30,4
São Vicente	-561	34,6	30,3	6,4	9,8
São Nicolou	16	22,2	41,5	-28,4	-42,7
Sal	-130	67,1	32,2	69,4	62,3
Boa Vista	1	61,1	37,4	46,6	44,6
Maio	0	36,7	25,3	16,5	26,3
Tarrafal	-2	14,9	16,2	-1,5	-4,7
Santa Catarina	-2	10,8	19,6	-10,4	-33,4
Santa Cruz	-2	16,1	26,7	-13,5	-31,1
Praia	-44	32,4	21,1	15,5	28,6
São Domingos	-1	13,9	28,6	-18,6	-42,4
São Miguel	0	3,8	24,1	-23,5	-77,9
Mosteiros	0	21	24,2	-4,2	-9,2
São Filipe	5	16,5	25,8	-12,9	-30,6
Brava	-1	23,7	28,2	-6,1	-11,7
Total	-796	26,5	0	0	0

Fonte: INE- Censo 2000

Segundo INE, a seguir ao Concelho do Paul o da Ribeira Grande é o que apresenta menor índice de atracção e maior índice de repulsão, com baixos índices de migração líquida e de eficácia (-32,5 e -76,7% respectivamente).

Segundo dados do INE, é possível ver que as principais correntes migratórias verificadas no Concelho no Concelho da Ribeira Grande de 1995 a 2000, dirigiram-se sobretudo para a vizinha ilha de São Vicente, com cerca de 4744 efectivos, o que corresponde 74,7%, seguido do Concelho da Praia com 755 efectivos (9,2%), Sal com 655 efectivos (8,1% e Porto Novo 422 efectivos (7%).

As imigrações também estão bem representadas no Concelho da Ribeira Grande. Tem verificado movimentos migratórios vindos dos continentes Africano, Europeu e Americano com especial destaque ao continente Africano com 529 indivíduos, seguido da Europa com 509 e América com pouca expressão com 41. (quadro XIV).

Quadro XIV – população imigrada no concelho da Ribeira Grande

Continentes	África	Europa	América	Outros
° Imigrantes	514	502	94	53

Fonte: INE, censo 2000

O elevado número de Africanos no Concelho explica-se pelo facto de Cabo Verde pertencer a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), ao abrigo do Tratado Revisto da Comunidade (Julho de 1993), no seu artigo 55 alínea ii que trata da “supressão total de todos os obstáculos à livre circulação de pessoas, bens, capitais e serviços bem como ao direito de residência e de estabelecimento”.

Como já se deve ter constatado, Ribeira Grande apresenta um saldo migratório negativo e muito elevado devido a fraqueza da base produtiva e a vulnerabilidade da economia do Concelho que fazem com que a sua população, principalmente feminina, procura melhores condições de vida fora do Concelho.

4. 2. 2. Protecção e integração social

A protecção social tem por objectivo diminuir as carências económicas de uma parcela da população considerada vulnerável, assegurando-lhes as mínimas condições de subsistência permitindo a redução da pobreza, considerada nos seus diversos aspectos.

Numa ilha como Santo Antão, onde os índices de pobreza atingem valores elevados, não é de se estranhar o grau de dependência em que vivem muitas famílias e indivíduos carenciados que não podem contar com o apoio de familiares, vão-se sobrevivendo da assistência de organismos governamentais, municipais ou de organizações não governamentais.

A ausência, a nível Nacional, de um sistema integrado de segurança social faz com que muitas pessoas, em virtude da idade, doença ou invalidez, se vêem privadas de angariar por si só os meios necessários a sua subsistência. Por outro lado, o desemprego e o subemprego remetem muitas famílias, sobretudo as numerosas e chefiadas por mulheres, para uma situação de insuficiência económica permanente, aliada a uma mentalidade assistencialista que se desenvolveu ao longo das últimas décadas.

A promoção social é entendida como um conjunto de acções que visem promover a qualidade de vida das populações vem sendo desenvolvidas nos três concelhos da Ilha de Santo Antão pelas Câmaras Municipais, através dos serviços municipalizados de Promoção Social e por algumas organizações não governamentais, tais como, a Bornefonden, a Cáritas e a Cruz Vermelha, destinados aos indivíduos e grupos altamente vulneráveis, que vivem em situação de extrema carência económica, resultante em subalimentação, em condições precárias de habitação e na privação de bens mínimas de sobrevivência humana. Neste grupo encontramos os idosos, doentes crónicos e deficientes, famílias carenciadas atingidas pelo desemprego, doenças e alcoolismo.

O governo assegura as despesas com a pensão social mínima e encargos com os serviços municipalizados através da transferência de verbas para os serviços municipalizados. (quadro XV) Segundo a Animadora Social do Concelho, essa verba revela-se insuficiente para responder as constantes solicitações desses serviços, facto agravado com o fim da assistência alimentar do Programa alimentar Mundial (PAM) em Julho/97.

Quadro XV – Pensão Social Mínima- por categorias e ano no Concelho da Ribeira Grande

Ano	Velhos	Inválidos	Doentes Crónicos	Deficientes	Total	Custos (CCV)
1998	344	34	217	90	685	1.027,500
2005	453	29	130	73	685	2.055,000

Fonte: II plano de desenvolvimento de Santo Antão/Promoção Social

Ao contrário, a pensão social mínima tem conhecido algumas melhorias significativas na protecção aos velhos e inválidos, com o aumento das prestações pecuniárias, que passaram de 500\$00 para 1.300\$00 mensais. A esse valor acresce-se a quantia de 200\$00 como suplemento atribuído pela Câmara Municipal do Concelho. Passando os beneficiários desse

concelho a receber 1.500\$00 mensais. A partir de Janeiro de 2005 aumentou-se a pensão para 3.000\$00, atribuída pelo governo, através do OGE (Orçamento Geral do Estado).

O número de beneficiário da pensão social mínima, no Concelho é de 685 beneficiários fixos, sofrendo alterações nas categorias. No ano de 1998 registou-se 344 velhos, prosseguidos de 217 doentes crónicos, 90 deficientes e 34 inválidos, enquanto que no ano 2005 se regista um aumento dos velhos com um efectivo de 453, diminuindo assim o número de doentes crónicos com 130. Os deficientes e os inválidos também registaram-se uma ligeira diminuição com 73 e 29 respectivamente.

Para além das prestações pecuniárias fixas, os serviços municipalizados de Promoção social, atribuem subsídios de carácter eventual em situações de emergências tais como assistência médica e medicamentosa, evacuação de doentes, concessão de próteses, apoio na aleitamento, subsídios de funeral e apoio para a melhoria das condições habitacionais, entre outros.

A infância é a classe mais vulnerável e tem merecido atenção especial dos serviços governamentais, municipais e não governamentais (Bornefonden, Cruz vermelha, OMCV, Paróquia).

Os Programas de assistência às crianças e suas famílias desenvolvidas pela Bornefonden (organização governamental dinamarquesa), beneficiam um total de 14.462 crianças e 5.640 famílias em toda a ilha, sendo 7.168 no Concelho. O apoio traduz-se na assistência na saúde e nutrição, educação, melhoria das condições habitacionais, fornecimentos de utensílios domésticos e financiamento de actividades geradoras de rendimento.

A dimensão dos problemas dos grupos vulneráveis, bem como a necessidade de uma melhor organização das intervenções, requerem contudo um trabalho mais coordenado entre as diversas organizações como forma de melhor se rentabilizar os meios disponíveis e de melhorar a eficácia na prestação da assistência aos grupos.

4.2. 3. Saúde

Apesar da saúde não ser uma variável que mede directamente o ritmo de crescimento da população, torna-se imprescindível fazer uma alusão ao acesso às infra-estruturas sanitárias, sendo ela, a condição essencial para o crescimento e desenvolvimento de qualquer sociedade.

A melhoria do estado de saúde da população constitui um dos grandes objectivos de uma estratégia de desenvolvimento integrado. Segundo a Conferência Internacional de CPS.OMS/Alma-Ata, 1978), “a saúde é um estado de completo bem estar físico, mental e

social, e não só a ausência de doença – é um direito humano fundamental, uma meta social mundial, cuja realização requer a acção de muitos outros sectores sociais e económicos, para além do sector saúde”. O estado de saúde duma população é condicionado não só pelo oferecimento de cuidados pelo sector respectivo, mas também pelo apoio e desenvolvimento de outros sectores relacionados com a saúde. A longo prazo, deverão ser planificadas intervenções multi-sectoriais que contribuam para a melhoria do estado de saúde da população da Ilha, tais como: garantia de uma nutrição adequada; aumento da disponibilidade de água potável que permite melhorar a higiene pessoal e doméstica; melhoria das condições de habitação; melhoria do saneamento básico (dejectos e lixos) e da estabulação de animais domésticos; aumento do nível de educação geral da população para garantir uma melhor compreensão da relação/doença e de mensagens de educação para a saúde.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estipula “Cuidados Primários de Saúde” (CPS) como a chave estratégia de estruturação dos sectores da saúde de modo a garantir “Saúde para Todos”. E como não poderia deixar de ser a mesma estratégia é adoptada em cabo verde com um programa de “cuidados primários de saúde ”

Assim, a Delegacia de Saúde do Concelho da Ribeira Grande, com sede na Vila (Povoação), cobre uma população de 21.480 habitante, distribuída pelas quatros freguesias.

As infra-estruturas sanitárias do Concelho são constituídas por um Hospital Regional de Santo Antão, que foi construída no ano de 1994 e entrou em funcionamento em 1995. É uma estrutura com capacidade para 60 leitos distribuídos pelas valências de medicina geral – 26; pediatria – 12; cirurgia – 13, maternidade – 9 leitos. Também presta serviços de estomatologia e está equipado com um laboratório de análises clínicas, um serviço de radiologia e bloco operatório. O mesmo dá cobertura aos outros dois Concelhos nas valências acima referidas e nos exames complementares de diagnóstico de radiologia e laboratório. Os casos que exigem um nível de intervenção mais intenso e que pertencem às outras especialidades, são evacuados para o hospital central Baptista de Sousa em S. Vicente. Existe 3 postos Sanitários, situados em Ponto do Sol, Chã Igreja e Fajã de Matos, e 9 unidades sanitárias de base situadas em L.Branco, Marrador, Corda, Lagoa, Figueiras, Ribeira Alta, Garça, Boca de Ambas Ribeira e Chã de Pedras.

Relativamente à distribuição das pessoas técnico do hospital regional, ouve melhorias entre os anos 1994 à 2000 (ver quadro XVII). No ano 2000, contava-se com 8 médicos, sendo 4 exercendo funções nas áreas de clínica geral, 1 pediatra, que também acumula as funções de Delegado de saúde, 1 ginecologista, 1 anestesista e 1 odontologista. Existe um total de 14 enfermeiros distribuídos pelas diversas funções de unidades sanitárias, sendo 9 no hospital, 3

nos postos sanitários, sendo estes os responsáveis pela respectiva unidade sanitária e por último, 2 enfermeiros nos serviços do Programa de Protecção Materno/infantil e do Planeamento Familiar - PMI/ PF.

Na totalidade, existem 11 agentes sanitários, sendo 9 nos postos sanitários e 2 no hospital. Convém realçar que os agentes sanitários são vocacionados para exercerem as funções principalmente a nível das unidades sanitárias de base, onde trabalham como únicos elementos exercendo uma polivalência de actividades muito simples, nomeadamente injeções, curativos, informações preventivas e promocional.

Existem dois técnicos auxiliares que exercem as funções a nível das unidades de PMI/PF ligados a Delegacia e/ou centro de saúde, onde funciona postos fixos destas actividades e ainda dá cobertura às localidades com equipas móveis.

Por último, dois técnicos médios, dois auxiliares de laboratórios, e dois técnicos de radiologia, que exercem funções no Hospital Regional cobrindo o Centro de saúde do Porto Novo, já que, são as únicas US (Unidades Sanitárias) da Ilha com laboratórios de análises clínicas; dois técnicos de farmácia e um técnico epidemiológico exercendo as suas funções na área da saúde preventiva, nomeadamente educação sanitária, controle e qualidade da água, controle de alimentação através da inspecção aos estabelecimentos de venda e consumo de produtos alimentícios.

Importa também realçar que, no hospital da Ribeira Grande, na categoria de pessoal administrativo existem 8 técnicos, sendo um técnico superior, um profissional e seis auxiliares administrativos. Na categoria de ajudante de serviços gerais, existem vinte e oito auxiliares.

Segundo o Delegado de Saúde, a equipa médica do hospital faz quatro deslocações médicas mensais para consultas de clínica gerais e duas deslocações para consultas pediátricas. Os postos sanitários recebem uma visita médica mensal. Neste Concelho, existe um médico para 2685 pessoas.

Nestas condições é naturalmente, difícil que uma equipa tão exígua possa oferecer à população as condições necessárias de saúde e a todas as actividades preventivas e promocionais dos CS. Para uma grande parte da população rural, o acesso à estrutura sanitária é fraco, ademais algumas pessoas que têm um acesso físico mais fácil aos serviços de saúde, não têm a capacidade económica para pagar um curativo simples ou pagar uma consulta que é 100\$00, ou mesmo comprar medicamentos. A grande falta de meios financeiros da população, acarreta o uso amplo de tratamentos tradicionais, através das ervas medicinais, com alguns resultados satisfatórios na cura de certos sintomas, tais como, diarreia, tosse, febre, etc.

Quadro XVI – Distribuição do pessoal Técnico por tipo de US do Concelho (1994-2000)

Categoria	Tipo Unidade Sanitária	Ano		Total
		1994	2000	
Médicos	H.Regional	3	8	11
Enfermeiros	H.Regional	4	8	12
	P.Sanitário	3	3	6
	PMI/PF	1	1	2
	H.Regional	1		1
Agente Sanitário	P.Sanitário	3	2	5
	USB	7	8	15
Auxiliares PMI/PF	PMI/PF	3	2	5
Tec.Aux.Laboratório	H.Regional	1	2	3
Técnico de Radiologia	H.Regional	1	2	3
Técnico de Farmacia	H.Regional	2	2	4
Téc. De Epidemiologia	H.Regional		1	1
Técnico de Anestesia	H.Regional		1	1
Técnico Méd.Laboratório	H.Regional	1	2	3

Fonte:Ministério de Saúde-GEP/ II Plano Desenvolvimento de Santo Antão

Os serviços de PMI/PF estão ligados ao Centro de Saúde e na dependência directa do Delegado de Saúde do Concelho, essas unidades exercem actividades de carácter preventivo, educacional e promocional. Organiza-se em equipas móveis que se deslocam para os Postos sanitários e Unidades Sanitárias de Base no interior do Concelho. O trabalho incide sobre os cuidados de Saúde Materno-Infantil e planeamento familiar. No ano 2000 foram realizados 960 controlos à grávidas, sendo 273 consultas pela primeira vez. Também estiveram no controle 2543 crianças com menos de 1 ano, 2550 de 1 a 4 anos e registaram – se 324 consultas pela primeira vez de crianças recém nascidos. (relatório do hospital 2000). Esses dados mostram-nos uma afluência de crianças e grávidas à esses serviços, que nos leva a concluir que há uma mudança de mentalidade das populações. Segundo o Delegado de Saúde no Concelho, a média de filhos por casal está a diminuir para 4 filhos por casal, contribuindo assim, para a diminuição do ritmo de crescimento da população.

Nas consultas de planeamento familiar registaram-se 6621 controle com pílulas, desses 163 primeira consulta, foram colocados 24 sterilet e aplicados 7 injeções. Quanto aos preservativos foram distribuídos 35.871 que segundo o técnico de serviço, esse número é devido à prevenção das doenças sexualmente transmissíveis.

4. 2. 4. Água e Saneamento

A questão do saneamento básico é um factor fundamental para o desenvolvimento de qualquer sociedade. Infelizmente, em Cabo verde, o saneamento básico está aquém das expectativas, por falta de condições infraestruturais, pois em apenas poucos centros existem redes de esgotos, mas todavia ainda insuficientes. Concretamente no concelho da Ribeira Grande, a rede de esgotos é inexistente, as águas residuais são lançados sobretudo na natureza e com todos os problemas daí advenientes.

a) Água

A água é um bem público que nenhuma sociedade consegue viver sem ela, mas as suas reservas naturais vêm reduzindo dia após dia, devido ao seu uso descontrolado.

No Concelho da Ribeira Grande, apesar das suas reservas de água, estarem a diminuir, ainda conseguem satisfazer a maior parte da população. Assim no meio urbano existem redes de abastecimento com ligações domiciliárias e fontenários públicos, sejam directamente ligados à rede, sejam servidos por autotanque. Cerca de 98% da população urbana tem acesso à água potável. Segundo a Câmara Municipal, investimentos consideráveis estão a ser levados à cabo na renovação das redes de adução e distribuição, bem como na infraestruturas de fontes alternativas de produção de água.

No meio rural, a água é fornecida através de fontanários e complexos sanitários multifuncionais. Cisternas familiares e cisternas comunitárias são uma fonte de abastecimento não contínua e suplementar. A percentagem da população rural com acesso a água potável aumentou de 72,9% em 1994, para 79,8% em 1998 com o início da III Fase do Projecto de Abastecimento de Água e Saneamento do Meio Rural. (GTI, 1999)

As condições naturais de uma relativa abundância de água, fizeram com que, o sistema de abastecimentos de água construídos no passado era aberto a utilização livre. As autoridades sentiram a necessidade de praticar uma gestão mais acertada do sistema., devido a escassez da mesma. Para diminuir as despesas de manutenção o Município, estabeleceu que a água passaria a ser vendida por um preço simbólico, com vista a uma contribuição directa das comunidades. Em muitos casos isso não funcionou.

Por falta da gestão e manutenção deficiente, as infra-estruturas do meio rural, sofrem na sua generalidade de uma degradação prematura. Um programa de recuperação de fontenários e complexos tem sido levado a cabo nos últimos anos.

O preço da água no meio rural é muito baixo, à volta dos 0,5 a 2,5 ECV por vasilha de 25 litros, porém, este preço é insuficiente para cobrir o custo de produção, que de acordo com as autoridades locais, está entre os 30 e 240 ECV por m³, devido as condições geográficas difíceis e as insuficiências na gestão do sistema. (II PDAS, 1999).

A I e II Fase do Projecto de Abastecimento de Água e Saneamento do Meio Rural foi assegurada e coordenada pela UNICEF e ainda prestou assistência técnica aos munícipes na elaboração, no acompanhamento e na avaliação de projectos no meio rural.

Com a saída desta instituição, estas responsabilidades foram assumidas pelo Gabinete Técnico Intermunicipal, verificando uma estagnação do projecto.

O quadro seguinte mostra-nos o modo de abastecimento de água no Concelho da Ribeira Grande.

Quadro XVII – Modo de abastecimento de água nos agregados familiares do Concelho da Ribeira Grande por zona de residência

Zona	Agrega do familiar	Água canalizada	Cisterna	Auto tanque	Chafariz	Poço	Nascente	Levada	Outros
Urbano	1089	848	-	9	202	-	-	-	25
Rural	3735	642	32	75	2428	23	421	63	39
Total	4824	1490	32	84	2630	23	421	63	64

Fonte:INE-Censo 2000

Através do quadro XVII, pode-se constatar-se que a melhor forma de abastecimento de água é através dos chafarizes (2630 num universo de 4824 famílias), com maior predominância para o meio rural. A seguir consta água canalizada, que segundo os dados existem poucas diferenças entre o rural e o urbano. Existem outras formas de abastecimento pouco significativos, mas desses, 421 ainda abastecem pelos nascentes mais propriamente dito no meio rural.

Nos lugares mais afastados das zonas rurais, o abastecimento de água é por vezes deficitário, particularmente nas zonas altas (Costa Leste, Pico da Cruz, Lagoa, etc.) em que a busca de água ocupa a grande parte da actividade humana, principalmente das mulheres e crianças que consomem várias horas nos percursos diário ida e volta à fonte.

A maior parte da população do Concelho (54,3%) abastece por meio de chafariz, que comparada com a média da ilha que é de 55,2% constata-se que há uma ligeira diferença de 0,9%. Podemos dizer que tanto a média do Concelho como a da ilha ultrapassa a média

nacional em cerca de 8,9%. Isto é condicionada pelas condições geográficas e socio-económicas das populações rurais, que não dispõem de meio para canalizar a água até a casa.

b) Saneamento

De acordo com os dados do censo 2000, no Concelho não existem redes públicas de esgoto. Mais de metade da população faz a evacuação das águas ao redor de casa ou na natureza, que adiciona a promiscuidade com os animais, em particular os suínos, constituindo uma ameaça à saúde pública.

Nalgumas zonas, nomeadamente no meio urbano existem complexos sanitários, mas apenas um pequeno numero dos residentes faz uso dele

Quadro XVIII – Repartição da população residente no país, na ilha de Santo Antão e no concelho da R^a Grande segundo o sexo, por forma de evacuação das águas residuais

	Cabo Verde			Santo Antão			Ribeira Grande		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Fossa séptica	13.9	14.1	13.7	16.5	15.9	17.1	16.4	15.6	17.2
Rede de esgotos	8.6	8.7	8.6	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Redor de casa	49.9	49.6	50.2	40.8	42.0	39.6	43.6	44.9	42.2
Natureza	24.8	24.9	24.7	40.7	40.1	41.2	37.9	37.3	38.5
Outros	2.8	2.8	2.8	2.0	2.0	2.0	2.1	2.2	2.0

Fonte:INE censo 2000

O quadro XVIII, mostra-nos a incidência das principais formas de evacuação das águas residuais na ilha de Santo Antão mais especificamente no concelho da Ribeira Grande. Da análise do quadro, constata-se que, no que diz respeito à evacuação das águas residuais, no concelho de Ribeira Grande, não existe rede de esgotos, facto que está presente nos demais concelhos da ilha. A maior parte da população deita as águas residuais nos redores de casa e na natureza com 43,6 e 37,9, respectivamente.

É de realçar que no concelho de Ribeira Grande, apenas 33,4% da população possui casa de banho com retrete, que se comparada com a ilha é inferior (6%), sendo a taxa nacional superior em cerca de 5%. Vale a pena salientar que a percentagem de indivíduos que não dispõem de casa-de-banho, retrete ou latrina é de 59,5%, nível esse inferior à média da ilha em cerca de 5.3% e superior à média nacional que corresponde a 54,4%, o que justifica as doenças diarreicas e respiratórias que predominam no concelho.

Nota-se ainda que o número de pessoas que utilizam retrete/latrina é muito baixo à nível global. A percentagem de indivíduos que possuem casa de banho sem retrete é de 3%.

4. 3. Educação

É do conhecimento geral que nas colónias sob regime Português, quase nada foi feito no domínio da educação. A situação em Cabo verde era um pouco diferente por causa da mistura de descendentes dos Portugueses, Europeus e Africanos. Os Portugueses utilizaram os Cabo-verdianos melhores educados para reforçar os regimes nas suas colónias Africanas, não obstante a maioria deles não terem tido acesso aos Institutos Educacionais. Só depois da Independência, em 1975, que o Governo de Cabo Verde deu prioridade à escolarização da população. O ensino obrigatório forçou o Governo a contratar muitos professores, muitas vezes sem escolarização adequada, que em casas alugadas e com pouco material, tentaram ensinar aos numerosos alunos existente.

Em Cabo Verde, a instrução é uma das principais vias de ascensão social ou económica. O nível de instrução é, na realidade, um factor determinante do nível de rendimento, o que explica a existência de uma grande relação entre a pobreza e a instrução. O analfabetismo pode, a partida, ser um factor determinante da pobreza., porque as pessoas sem nível de instrução, não conseguem ingressar numa formação profissional, o que facilitaria a integração no mercado de trabalho.

Quanto à taxa de fecundidade das mulheres e ao tamanho das famílias, verifica-se geralmente que a fecundidade é tanto mais reduzida quanto maior for o nível de instrução. Os filhos continuam a ser um verdadeiro problema para a débil economia das famílias. Na verdade, os escassos rendimentos das famílias, condicionam sobremaneira a educação e o ensino dos filhos, agravando-se ainda mais quando o número destes é elevado.

Pelo facto de Cabo verde ser um país pobre e sem muitos recursos económicos, os sucessivos governos, até então, têm tentado investir no capital humano, elegendo a educação uma das suas principais prioridades. Assim, o sistema educativo em Cabo verde vem sofrendo profundas mudanças, com destaque para a reforma do sistema educativo vigente desde a década de 90.

Com a reforma, o sistema de ensino passa a ter a seguinte estrutura: O Pré-escolar com uma articulação conceptual e funcional com o subsistema do ensino básico, corresponde a 3,4% da população (censo2000). Este nível é de grande importância na preparação de criança dos 4-6 anos para a sua entrada no ensino básico;

O Ensino Básico Integrado que corresponde ao ensino universal e obrigatório tem a duração de seis anos, isto é da primeira até sexta classe na faixa etária dos 7- 12 anos de idade. Está organizada em três fases no regime de monodocência. Cada fase, em função da complementaridade, tem o papel de alargar e aprofundar a etapa anterior. Neste sistema, encontra-se a maior percentagem da população estudantil com 55,1% (censo 2000).

Na sequência, encontra-se o Ensino Secundário, com 16,6 % da população (censo 2000) que tem a duração de seis anos, organizado em três ciclos de dois anos cada. Visa aumentar o nível de conhecimento e orientação escolar e vocacional tendo em vista a inserção na vida activa ou prosseguimento dos estudos.

È de realçar que no Concelho somente 0,3% da população tem curso médio e 0,6 %, curso superior, isto mostra a falta de qualificação de quadros existente no concelho, que terá reflexos significativos no desenvolvimento do concelho. Essa percentagem é superior a da ilha (0,4%) e inferior a nacional (1,1%).

a) Pré-Escolar

De acordo com o II Plano de Desenvolvimento de Santo Antão, (1999), no ano lectivo 1997/98 o Pré-escolar no Concelho albergava 673 crianças com idade compreendidas entre os 4 e 6 anos, distribuídas por 25 jardins infantis. Enquanto, que no ano lectivo 2000/01, alberga 695 crianças, distribuídas por 22 jardins infantis à cargo de 33 monitoras. Verifica-se um fraco crescimento, isto devido à redução da natalidade no Concelho. A Taxa Bruta de Acolhimento (TBA) é de 43,7% e o Rácio-criança/orientadora é de 21, que já é considerado razoável.

Este nível de ensino no Concelho está a cargo de várias entidades privadas, municipais e organizações não governamentais (câmara municipal, promoção social, Bornefonden, OMCV, Cruz Vermelha, cooperativas).

b) Ensino Básico Integrado

A partir de 1994, o novo sistema de ensino (EBI), substituiu o ensino básico elementar e o ensino básico complementar. No ano lectivo 1997/98, o concelho da R^a Grande contava com 4853 alunos, nesse sistema, distribuídos por 13 pólos educativos, com 85 salas, sob a responsabilidade de 185 professores, sendo 91 com formação, 78 em formação e 14 sem nenhuma formação. No ano lectivo 2000/01 registou-se uma diminuição de 620 alunos,

passando de 4853 para 4233, distribuídos por 103 salas sob a responsabilidade de 178 professores, sendo 139 com formação ou em formação e 39 sem nenhuma formação. Esse número de professores sem nenhuma formação é considerado alto, o que pesa na qualidade do ensino. (quadro XIX).

O número de professores formados e sem formação, diminuíram de 1998 para 2000. Isto deve-se ao número de professores, que deixam o Concelho, à fim de continuarem a formação, logo a Delegação escolar vê-se obrigada a recorrer aos professores sem formação.

Quadro XIX Situação nas escolas do EBI do Concelho da Ribeira Grande – 1997/2000

Ano	Número alunos	Ano de escolaridade						Número de turma	Professores		Total	Número de salas
		1ª Ano	2ª Ano	3ª Ano	4ª Ano	5ª Ano	6ª Ano		C/Form	S/Form		
1997/98	4853	793	924	759	1025	620	732	138	169	14	185	85
2000/01	4233	475	811	628	869	664	786	178	139	39	178	103

Fonte: II Plano de Desenvolvimento de Santo Antão/GEPI Ministério de Educação

Apesar das escolas do EBI estarem espalhados pelas diferentes localidades da ilha, ainda persistem situações difíceis, originadas, sobretudo pela orografia da ilha. Dos 4233 alunos que frequentam o EBI no Concelho, cerca de 70% encontram-se nas zonas mais afastadas do interior do Concelho e nas zonas de montanhas, onde os alunos são por vezes obrigados a efectuar caminhos difíceis, com deslocações diárias de uma hora a pé, deixando os alunos cansados e por vezes com fome, o que vai implicar no aproveitamento escolar.

No EBI, encontramos uma taxa de aprovação por volta de 86% (uma Taxa de reprovação por volta de 13%). O rácio aluno/ professor é 24. A taxa líquida de escolarização (TLE) é 93.4% e a Taxa Brutas de Escolarização (TBE) é 115,6%. O que é bastante significativo para o concelho, pois é superior a nacional (111,4%), e inferior a da Ilha (119,4%).

c) **Ensino Secundário**

Segundo o censo/2000 o ensino secundário no Concelho, alberga 16.6% da população.

O concelho da Ribeira Grande conta com uma escola que funciona do 7º ao 12º Do ano lectivo 1997/98 para 2000/01 houve um aumento dos alunos na ordem dos 36% com maior destaque para o primeiro ciclo, distribuídos por 28 salas. Nota-se uma redução de salas para um número maior de alunos, que implica salas superlotadas (40 alunos por salas) distribuídos por 98 professores, sendo 63 com formação e 35 sem nenhuma formação

(quadro XXI). Por falta de dados não foi possível apresentar o número de professores no ano lectivo 1997/98.



Fig.XVI – Escola secundária do concelho da Ribeira Grande

O Liceu conta com uma taxa de Escolarização de 53,9%, o que revela insuficiente devido ao fraco poder económico das famílias para sustentar os filhos na escola; a dispersão das zonas faz com que muitos alunos não frequentam a escola. A taxa Bruta de Escolarização é de aproximadamente 67%, o rácio /aluno-professor é 23. O Liceu conta com uma taxa de aprovação de 67,7% e reprovação de 26,5%, o que revela uma taxa muito alta (censo 2000). Isso é devido as causas já mencionadas e pelo número elevado de professores sem nenhuma formação, uma fraca estrutura física e grande falta de material e equipamentos, que contribui para uma fraca qualidade de ensino no Concelho. Para minimizar os problemas de deslocação dos estudantes, em 1996 foi construído um lar de estudantes que alberga crianças de várias localidades distantes, do Porto Novo e Paúl que se deslocam para o Concelho para concluírem os dois últimos anos de estudos. Segundo a Directora do lar, as instalações se revelam insuficientes, por não conseguirem responder as inúmeras solicitações.

Quadro XX – Evolução do Ensino Secundário – 1997/2000

Ano	Número alunos	Ano de escolaridade						Número de turma	Professor		Total	Número de salas
		7º Ano	8º Ano	9º Ano	10º Ano	11º Ano	12º Ano		C/for	S/for		
1997/98	1668	409	625	263	213	158	—	—	—	—	75	32
2000/01	2262	633	476	344	384	214	211	62	63	35	98	28

Fonte: II Plano de Desenvolvimento de Santo Antão/GEP Ministério de Educação

d) Educação Extra-Escolar

A educação de adultos foi implementada em Cabo Verde após a independência. Com a estruturação do Ministério de Educação, surge um departamento que assume as responsabilidades técnicas e pedagógicas deste subsistema de ensino. Mais tarde foi criada a própria Direcção Geral da Alfabetização e Educação de Adultos.

Segundo o censo 2000, nos últimos 10 anos, o analfabetismo em Cabo Verde tem evoluído de forma positiva, fruto das políticas adoptadas no sentido de erradicar esse fenómeno que é, sem dúvida, um obstáculo ao desenvolvimento do país.

Os dados apontam para uma redução significativa do analfabetismo em Cabo Verde que era de 37% em 1990 passando para 25% em 2000. Isso significa dizer que houve uma redução da taxa de analfabetismo na ordem de 12% nos últimos dez anos, ou seja uma redução de aproximadamente 1,2% por ano.

Quadro XXI – Alfabetização na ilha de Santo Antão e no Concelho da R^a Grande, segundo as diferentes fases, 1994-01

Concelho	1994/95		1997/98			2000/01		
	1ª Fase	2ª Fase	1ª Fase	2ª Fase	3ª Fase	1ª Fase	2ª Fase	3ª Fase
R ^a Grande	71	60	35	45	65	5	24	39
Santo Antão	196	126	125	161	185	23	64	102

Fonte: II Plano de Desenvolvimento de Santo Antão/GEP Ministério de Educação

O programa começou-se com os trabalhadores das FAIMO, que lhes eram dispensados uma hora para irem aos centros de cultura. Este projecto não teve muito sucesso principalmente nas mulheres que nunca tinham frequentado a escola.

Entre 1988 e 1990 fazia-se uma alfabetização de massa que mais tarde evoluiu para um processo mais selectivo priorizando a faixa etária 15-30 anos. Desenvolve-se através dos círculos de cultura em três fases sequenciais e duas vertentes: uma académica geral e outra de formação profissional básica.

O quadro acima dá-nos uma leitura do trabalho que os Centros Concelhios de Alfabetização vêm desenvolvendo nos círculos de cultura a nível da Ilha e do Concelho. Tal como se pode constatar, a 3ª fase surge a partir de 1997, equivalente à 5ª e 6ª classes do EBI. A maior frequência registou-se no ano lectivo 1994/95 com destaque para a 1ª fase. Houve uma redução drástica dos efectivos no ano lectivo 2000/01. Isto não quer dizer que toda a população esteja alfabetizada porque a taxa de analfabetismo no concelho é de 30,4% segundo o censo 2000. É de salientar que à semelhança do que acontece a nível nacional, a camada mais afectada é a feminina. No entanto, se compararmos a média do concelho (31%) verifica-se que essa percentagem é inferior a média da ilha (34,0%) e superior a média de Cabo Verde (25%). A proporção de pessoas que nunca frequentaram a escola é elevada (19%), além do facto de ser a camada feminina a mais afectada por esse fenómeno a nível geral.

CONCLUSÃO

Finalizar este trabalho, não significa ter esgotado o assunto em estudo, pois é de grande magnitude, para um Concelho com graves problemas socio-económicos. Pensamos ter alcançado os objectivos traçados.

O trabalho apresentado permite-nos conhecer melhor as características da população do Concelho da Ribeira Grande de acordo com os dados disponíveis.

Da análise feita, comparada com alguns indicadores sócio-demográficos, concluímos que há profundos contrastes, condicionantes do desenvolvimento do Concelho da Ribeira Grande e que fazem dele uma realidade própria, diferenciada estruturalmente, heterogénea entre as freguesias, cuja complexidade e riqueza advêm em parte da confusão entre o urbano e o rural. Aliada a uma orografia hostil ou adversa a estrutura social teria criado um homem contextualizado no meio rural.

Conclui-se, que o crescimento populacional é muito baixo (0,4%), não acompanha o crescimento nacional (2,4%), apesar da natalidade ser considerada alta e registar-se diminuições progressivas da mortalidade. Por ter características rurais, não consegue gerar recursos suficientes para o sustento e bem-estar da população que vê a emigração como alternativa.

Os movimentos migratórios, quer sejam internos, quer sejam internacionais, tem sido determinante no ritmo de crescimento populacional. Pode afirmar-se que as migrações internas têm maior peso no crescimento demográfico. Este fenómeno de predominância feminina, que é a camada mais vulnerável à nível do desemprego.

Em matéria de emprego, a população activa é superior à capacidade de resposta do Município e, conseqüentemente, a taxa de desemprego é elevada. (17,4)

Verificamos que existem várias infra-estruturas de apoio aos grupos vulneráveis, com intuito de reduzir a pobreza, porém, não estão organizados, para que as ajudas possam ter o impacto esperado.

A cobertura escolar, de um modo geral, é satisfatória. Existem escolas do Ensino Básico (EBI) em todas as localidades, muito embora no Ensino Secundário, existe uma única escola que não satisfaz as necessidades do concelho, devido ao contínuo aumento de alunos. No que concerne à saúde, constata-se o problema da falta de pessoal médico e de equipamentos.

A taxa bruta de fecundidade é considerada alta, (4 a 6 filhos/mulher) apesar de registar baixas significativas.

O saneamento básico é deficitário no Concelho, devido à inexistência de rede pública de esgotos e pouca percentagem da população possui casas de banho com retretes.

À nível do abastecimento de água e energia eléctrica, o Concelho tem tido um grande desenvolvimento tanto no meio rural como no meio urbano, embora a dispersão excessiva dos povoados cria constrangimentos à sua manutenção.

Este trabalho levou o seu tempo por ser um trabalho prático o que implica a recolha, análise e tratamento dos dados com muito cuidado, por isso enfrentei algumas dificuldades que ultrapassei aos poucos.

Uma das dificuldades, consistiu na falta de alguns dados, principalmente a cartografia. No entanto aplicamos ao máximo os dados disponíveis com objectivo de apresentar o melhor trabalho possível, apesar das limitações.

RECOMENDAÇÕES

Ao finalizar este trabalho, não podíamos deixar de fazer algumas recomendações que julgamos ser um valioso contributo para que as entidades responsáveis possam tomar medidas para melhoramento do funcionamento do município o que contribui para o desenvolvimento do concelho:

1. É imprescindível investir no Concelho para dotá-lo de condições que permitam dar resposta aos interesses da sua população com vista à redução da pobreza;
2. Fazer um trabalho de educação e sensibilização da população, sobretudo em idade fértil, no sentido de reduzir a taxa de natalidade, como forma de moderar o crescimento nacional;
3. É necessário criar infra-estruturas de serviços para que possam reter ou estimular a fixação de técnicos no Concelho;
4. Criar instituições em matéria de género e desenvolvimento;
5. Promover o acesso aos serviços fundamentais;
6. Criar infra-estruturas de formação profissional, para que os jovens não tenham que sair do Concelho;
7. Consolidar a alfabetização e promover a formação profissional;
8. Melhor concertação entre as entidades que desenvolvam as acções de formação profissional, fazer formação de acordo com as reais necessidades do mercado de trabalho;
9. Aperfeiçoar as estruturas de saúde e melhorar a gestão, aumentando a eficácia;
10. Intensificar os investimentos nos recursos humanos adequando a sua formação às necessidades e as prioridades enunciadas nas políticas nacionais de saúde;
11. Melhorar a organização por parte das entidades no que concerne a concessão de apoios sociais de forma a obter uma melhor redistribuição.
12. Melhorar o aproveitamento do potencial hídrico e a gestão na utilização das águas de escoamento superficial;
13. Construir infra-estruturas de retenção de águas das chuvas;
14. Seleccionar espécies que adaptam ao tipo de clima e a reduzida capacidade de rega;

15. Construir infra-estruturas rodoviárias para as zonas de difícil acesso;
16. Criar condições de apoio financeiro aos agricultores com dificuldades financeiras;
17. Elevar o nível de instrução da população, através da construção de escolas e da melhoria da qualificação dos professores
18. Promover a integração dos grupos pobres, principalmente os vulneráveis, no processo de desenvolvimento através de programas de luta contra a pobreza;
19. Criar mais micro-empresas geradoras de rendimento e de emprego, promovendo o desenvolvimento das populações;
20. Preservar o meio ambiente, para assegurar o futuro das novas gerações;
21. Promover o desenvolvimento socio-económico de forma equilibrada e auto-sustentada.

Glossário

Crescimento Natural é a diferença entre o número de nascimentos e o número de óbitos num conjunto da população num determinado período.

Crescimento da População define o aumento total da população resultante da soma algébrica do crescimento natural e do saldo migratório durante um determinado período de tempo.

A *natalidade* refere-se ao número de nascimentos vivos que ocorrem num conjunto da população de um país.

Fecundidade representa a capacidade de reprodução ocorridas num determinado período num subconjunto específico – mulheres em idade de procriar (15 aos 49 anos). Convém salientar que a fecundidade é o resultado da fertilidade isto é, capacidade ou aptidão fisiológica que uma mulher, um homem ou um casal tem de ter filho vivo.

A *mortalidade* refere-se ao número total de óbitos ocorridos numa população num determinado período.

A *morbilidade* refere-se a frequência de doenças numa população

A *migração* é o movimento de pessoas, para dentro ou para fora do país.

A *emigração* é a saída de pessoas de um lugar (país ou região) para se estabelecer num outro.

A *imigração* refere-se a vinda de pessoas para um lugar (país ou região) para fixar residência, saindo de outro.

BIBLIOGRAFIA:

BANDEIRA, Mário Leston (2004) – Demografia – Objecto, Teoria e Métodos. Lisboa

BATOUXAS, Mariana e Viegas Julieta (1998) – Dicionário de Geografia – 1ª edição, Lisboa

BOER, Annette Santo Antão Rural Development – Qualidade dos Serviços de Saúde em S.A

CHELMICKI, José Carlos de (1841) – Corografia cabo-verdiana ou descrição geográfica-histórica da província das ilhas de Cabo Verde, vol I Lisboa.

Delegacia de Saúde R^a Grande (2000) – Relatório de Actividades –

Delegação do Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas (2000) – Relatório de Actividades-

FERRÃO, Nogueira (1898) – Estudos sobre a ilha de Santo Antão, Lisboa,

GTI- Associação dos Municípios de Santo Antão(1999). II Plano de Desenvolvimento de Santo Antão – Tomo I –

Instituto Nacional de Estatística – (1990) Censo Cabo Verde/

Instituto Nacional de Estatísticas (2000) Censo Cabo Verde/

Instituto Nacional de Estatística Censo Cabo Verde (2000) – Estatísticas económicas da População

Instituto Nacional de Estatística Censo Cabo Verde (1998) – Inquérito Demográfico e Saúde Reprodutiva

Haydée, Maria – (1998) Subsídios para a História da Ilha de Santo Antão – Tese- Fevereiro

Ministério da Saúde, – (1999) Estatísticas de Mortalidade, Cabo Verde. Gabinete de Estudos e Planeamento, Praia.

Ministério da Agricultura, Alimentação e Ambiente – (1999) Projecto CVI/97/G33/GEF/PNUD- Comunicação Nacional Mudanças Climáticas –

Ministério das Relações Exteriores – DGIS – Perfil Integrado de Santo Antão Problemática da Pobreza

Ministério de Saúde- GEP-(2000) Estatísticas Vitais

Ministério de Educação Valorização dos Recursos Humanos GEP – (1990 – 2000) – Dados Estatísticos

MONTEIRO César (2001) Recomposição do Espaço Social Cabo-verdiano

NAZARETH J.Manuel (1996) – Introdução à Demografia – Teoria e Prática – 1ª Edição, Lisboa.

PIRES, Jorge (2001) Monografia, Evolução demográfico da População de Santo Antão (1940/2000)

UNFPA – (2003) Relatório a Situação da População Mundial

UNFPA – (2004) Relatório a Situação da População Mundial

ROCHA, (1990) Augustinho -Subsídio para a História da Ilha de Santo Antão,

SILVA, Aristides – (1988) Economia Internacional uma Introdução, São Paulo

ANEXOS

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	6
CAPITULO – I	8
ENQUADRAMENTO HISTÓRICO/GEOGRAFICO DA ILHA DE SANTO ANTÃO CONCELHO DA RIBEIRA GRANDE.....	8
1.1- ASPECTOS GEOGRÁFICOS	8
1.2 – ASPECTOS HISTÓRICOS	10
1.3. ASPECTOS SOCIOCULTURAIS	12
CAPITULO II.....	14
ASPECTOS TEÓRICOS DA POPULAÇÃO	14
CAPITULO III	19
ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO	19
3.1 . INTRODUÇÃO	19
3.2 . EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA	20
3.3. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO	28
3.4. POPULAÇÃO ACTIVA.....	28
3.5. ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO	28
3.6. CRESCIMENTO NATURAL.....	30
CAPITULO IV	37
FACTORES DETERMINANTES NO RITMO DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO.....	37
4.1 – FACTORES ECONÓMICO	37
4.1.1-Emprego/Desemprego	37
4.1.2 – Agricultura.....	
4.1.2.1 – Sistema Agrário do Concelho da Ribeira Grande.....	43
4.2. FACTORES SOCIAIS	49
42.1. Migrações.....	49
4. 2. 2. Protecção e integração social.....	52
4. 2. 3. Saúde.....	54
4. 3. 4. Água e Saneamento	58
4. 3. EDUCAÇÃO	61
CONCLUSÃO	67
GLOSSÁRIO.....	71

BIBLIOGRAFIA:	72
ANEXOS.....	74
ÍNDICE.....	75
ÍNDICE DE QUADROS.....	77
ÍNDECE DE FIGURA.....	78

LISTA DE QUADROS

Quadro I – Evolução da População Residente 1950-2000, segundo sexo – Ribeira Grande	21
Quadro II – Distribuição da população por freguesias – Ribeira Grande	23
QUADRO III – Densidade Populacional das freguesias Ribeira Grande	25
Quadro IV – População activa das freguesias de 15 e mais anos	28
Quadro V – Evolução de nascimentos e taxa de natalidade – 92/2000	30
Quadro VI – Número de Filhos por mulher – 1990/2000	32
Quadro VII – Taxa Bruta de mortalidade geral (por mil) por ano Ribeira Grande	34
Quadro VIII: Evolução de alguns indicadores – Taxa de Mortalidade por ano em R ^a Grande 1992/2000	35
Quadro IX – evolução da Mortalidade infantil – N ^o de óbitos e taxa por mil NV. -Ribeira Grande, 1991 a 2000	36
Quadro X – População activa empregada e desempregada – Concelho da Ribeira Grande	38
Quadro XI – Ocupação das áreas de Sequeiro no Concelho da Ribeira Grande (em ha)	45
Quadro XII – Ocupação das áreas de Regadio no Concelho da Ribeira Grande (em ha)	46
Quadro XIII – Matriz do saldo migratório Concelho da Ribeira Grande 1995/2000	51
Quadro XIV -População imigrada no Concelho da Ribeira Grande	52
Quadro XV – Pensão Social Mínima – por categorias e ano Concelho Ribeira Grande	56
Quadro XVI – Distribuição do pessoal Técnico por tipo de US do Concelho (1994-2000)	57
Quadro XVII – Modo de Abastecimento de Água – Concelho da R ^a Grande	59
Quadro XVIII - Repartição da pop. Resid. no país segundo sexo e forma de evacuação das águas residuais	60
Quadro XIX - Situação nas escolas do EBI –1997/2000	63
Quadro XX – Evolução do Ensino Secundário – 1997/2000	65
Quadro XXI - Alfabetização por fases no concelho da R ^a Grande	65

LISTA DE FIGURAS

Figura I. Mapa de Localização do Concelho da Ribeira Grande

Figura II. Evolução da população do concelho da Ribeira Grande-1950/2000

Figura III. Mapa de distribuição da população por Freguesias

Figura IV. Mapa de Densidade Populacional

Figura V – Foto Pinhão – Difícil acesso

Figura VI – Pirâmide etária do Concelho da R.^a Grande – 1990

Figura VII – Pirâmide etária do Concelho da R.^a Grande 2000

Figura VIII – Evolução de nascimento 1992/2000

Figura IX – Evolução dos óbitos 1992/2000

Figura X – População com 15 ou mais anos empregada por sector de actividades, meio rural

Figura XI – população com 15 ou mais anos empregada por sector de actividade-Meio urbano

Figura XII Sector de actividades-urbano/rural

Figura XIII – Foto -Agricultura de Sequeiro

Figura XIV – Foto- Agricultura de Regadio

Figura XV – Foto- Modernização de Agricultura

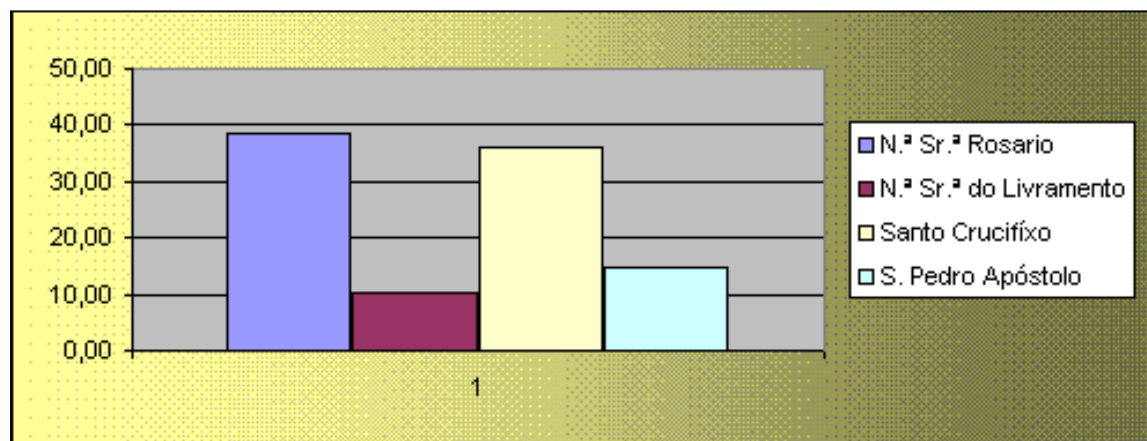
Figura XVI – Foto – Escola secundária da R.^a Grande

Anexo I – População residente no Concelho da Ribeira Grande por grupo etário e sexo em 1990 e 2000

Grupos Etários	1990			2000		
	HM	M	H	HM	M	H
0 - 4	3396	1648	1748	2639	1170	1199
5. – 9	2950	1492	1458	2972	1519	1453
10. – 14	2615	1268	1317	3112	1519	1593
15 – 19	2269	1070	1199	2280	1092	1188
20 – 24	1815	792	1023	1546	730	816
25 – 29	1539	656	883	1442	615	827
30 – 34	964	432	532	1483	622	861
35 – 39	519	260	259	1298	541	757
40 – 44	327	175	152	857	373	484
45 – 49	486	296	190	467	212	255
50 – 54	814	509	305	297	153	144
55 – 59	890	488	402	429	264	165
60 – 64	638	308	330	764	457	307
65 – 69	424	211	213	789	448	341
70 – 74	341	199	142	557	268	289
75 e mais	864	400	464	818	461	357

Fonte: INE – censo 1990 e 2000

Anexo II – Distribuição da População por freguesias



Fonte: INE, censo 2000

Anexo III – População empregada com 15 ou mais anos por sector de actividades e por grupo etários meio Rural

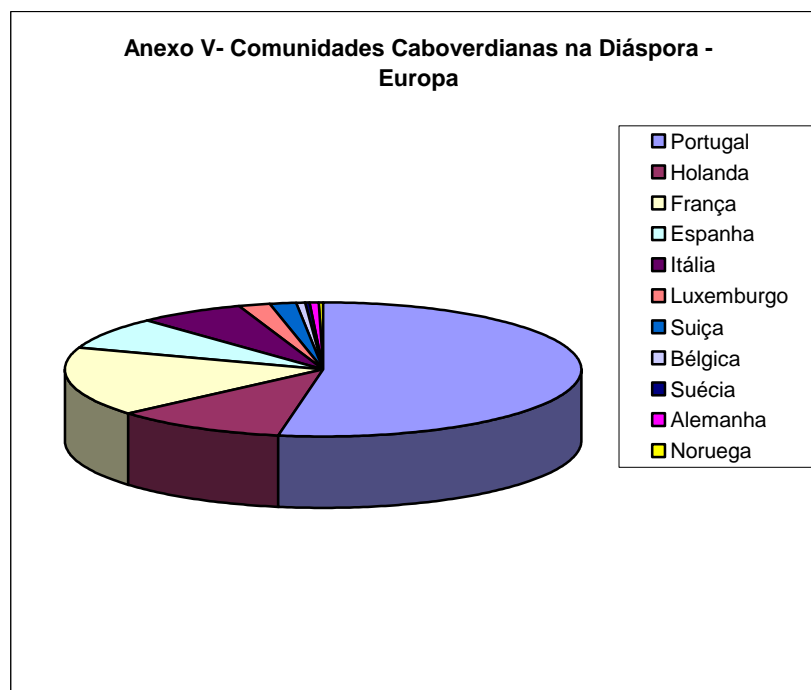
	15 - 24 anos			25 - 44 anos			45 - 64 anos			65 e mais			total			
	MH	M	H	MH	M	H	MH	M	H	MH	M	H	MH	M	H	
SECTOR PRIMÁRIO	369	66	303	799	203	596	399	145	254	401	99	302	1968	513	1455	38,63
SECTOR SECUNDÁRIO	133	14	119	310	33	277	72	16	56	48	10	38	563	73	490	11,05
SECTOR TERCIÁRIO	550	221	329	1598	583	1015	326	121	205	90	43	47	2564	968	1596	50,32
TOTAL	1052	301	751	2707	819	1888	797	282	515	539	152	387	5095	1554	1354	100

Fonte: INE – Censo/ 2000

Anexo IV – População Empregada com 15 ou mais anos por Sector de Actividades e grupos etários Meio Urbano – Concelho R.ª Grande

	15 - 24 anos			25 - 44 anos			45 - 64 anos			65 e mais			total			FR
	MH	M	H	MH	M	H	MH	M	H	MH	M	H	MH	M	H	
SECTOR PRIMÁRIO	18	0	18	94	3	91	34	5	29	37	8	29	183	16	167	10,60
SECTOR SECUNDÁRIO	32	1	31	73	17	56	15	7	8	4	4	0	124	29	95	7,18
SECTOR TERCIÁRIO	242	122	120	927	393	534	203	191	111	48	24	24	1420	730	789	82,22
TOTAL	292	123	169	1094	413	681	252	203	148	89	36	53	1727	775	1051	100,00

Fonte: INE – Censo 2000

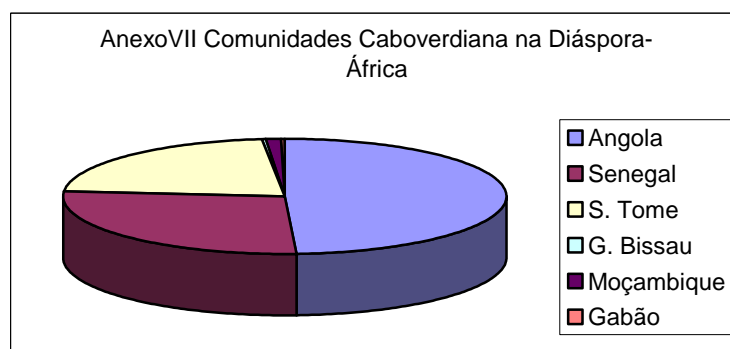


Fonte: Instituto da Comunidades (1998)

Anexo VI- Comunidade cabo-verdiana na Europa 1998

Portugal	Holanda	França	Espanha	Itália	Luxemburgo	Suiça	Bélgica	Suécia	Alemanha	Noruega	Total
80.000	16580	25000	12000	10000	3000	2000	800	700	800	300	141180

Fonte: Instituto da Comunidades IC



Fonte: Instituto da Comunidades (1998)

Anexo VIII – Comunidade cabo-verdiana em Africa

Angola	Senegal	S. Tome	G. Bissau	Moçambique	Gabão	total
45000	25000	20000	2000	1000	200	93200

Fonte: Instituto da Comunidades IC-199



Fonte: Instituto das Comunidades (1998)

Anexo X – A comunidade cabo-verdiana na América.

E U A	Brasil	Argentina	Canada	Total
264900	3000	5200	300	273400

Fonte: Instituto da Comunidades IC-1998

Nome Vulgar	Ribeira Grande	
	Regadio	Sequeiro
Fruta pão	2.860	0
Mangueira	10.532	2.633
Coqueiro	3.802	422
Amendoeira	1.570	267
Cafeeiro	19.974	19.974
Macieira	937	1.496
Nespereira	1.650	0
Goiabeira	4.042	733
Citrinos	1.547	175
Tamareiras	106	12
Abacateiro	860	0
Mamoeiro	27	0
Anoneira	5	0
Azedinha	38	17
Jamboeiro	753	136
Pitangueira	10	0
Figueira	139	35
Pessegueiro	9	0
Maracujá	3	0
Marmeleiro	397	837
Amoreira	0	0
Calabaceira	3	0
Morangueiro	8	0
Pereira	3	0
Cajueiro	303	92
Videira	164	383
Tamarinheiro	21	60
Pinheira	33	8
Romanzeira	26	7
Jaqueira	2	0
Alfarrobeira	0	0

Anexo XII – Repartição das áreas em %, segundo a forma de exploração (Sequeiro)

Concelho	Freguesia	Conta própria	parceria	renda	comodatos	aforamentos	Posse útil facto	Posse útil júris	total
Ribeira Grande	N ^a Sra. Rosário	78.2	16.2	2.8	2.8	0	0	0	100
	N ^a Sra. Livramento	69.3	28.2	0	2.5	0	0	0	100
	São Crucifixo	59.3	28.1	5.5	1.2	0.7	0	0	100
	S. P. Apóstolo	48.7	42.5	2.3	5.8	0.3	0.4	0	100
	Média concelho	64.3	29	3	3.1	0.5	0.1	0	100

II Plano de desenvolvimento de Santo Antão

Anexo XIII– Repartição das áreas em %, segundo a forma de exploração (Regadio)

Concelho	Freguesia	Conta própria	parceria	renda	comodatos	aforamentos	Posse útil facto	Posse útil júris	total
Ribeira Grande	N ^a Sra. Rosário	77.0	12.3	5.4	4.9	0.1	0.3	0	100
	N ^a Sra. Livramento	55.2	20.8	18.4	5.6	0	0	0	100
	São Crucifixo	75.5	15.1	7.2	1.2	1.0	0	0	100
	S. P. Apóstolo	60.0	30.2	3.6	2.3	1.2	2.7	0	100
	Média concelho	67	20	9	3.4	0.5	1	0	100

II Plano de desenvolvimento de Santo Antão